

Ramos Cardoso Muanamoha

## **TENDÊNCIAS HISTÓRICAS DA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO EM MOÇAMBIQUE**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Demografia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Demografia.

Belo Horizonte  
CEDEPLAR/FACE/UFMG  
1995

C. LETRAS U. E. M.	
R. E.	24746
DATA	18/maio/1996
AQUISIÇÃO	al. +
COTA	GTP-16

16

GTP-16

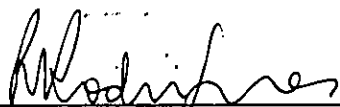
**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEMOGRAFIA**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO:** "Tendências Históricas da Distribuição Espacial da População em Moçambique".

**AUTOR:** Ramos Cardoso Muanamoha

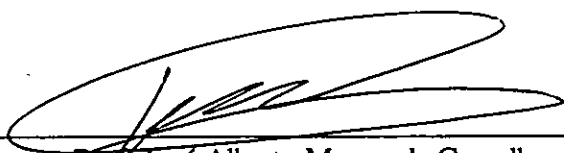
**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO:** Distribuição Espacial da População

**APROVAÇÃO DA COMISSÃO EXAMINADORA**



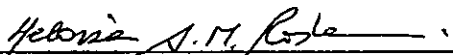
Prof. Roberto do Nascimento Rodrigues  
Professor Orientador

95,0  
NOTA



Prof. José Alberto Magno de Carvalho

95,0  
NOTA



Profa. Heloísa Soares de Moura Costa

95,0  
NOTA

**LOCAL E DATA DE APROVAÇÃO:** Belo Horizonte, 15 de dezembro de 1995.

DEDICATÓRIA

Ao meu filho Nils  
e  
à minha esposa Beatriz.

## AGRADECIMENTOS

Ao Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR), por ter-me acolhido durante três anos, pondo a disposição o seu corpo docente e organismos de apoio;

Ao Fundo das Nações Unidas para Atividades em População (FNUAP), por ter financiado o programa de estudos;

Ao Departamento de Geografia da Universidade Eduardo Mondlane (em Moçambique), por ter-me autorizado para o curso de pós-graduação em Demografia;

Aos meus orientadores, Professor Doutor Roberto do Nascimento Rodrigues e Professor Doutor José Alberto Magno de Carvalho, pelo apoio e estímulo que me prestaram na elaboração deste trabalho;

Ao meu amigo e colega José Teixeira Lopes Ribeiro, pelo seu apoio constante e valiosas contribuições ao longo de todo trabalho;

Aos meus amigos e companheiros do curso, com quem convivi e aprendi durante os três anos da minha pós-graduação; e

Ao povo brasileiro, com quem compartilhei a minha estada no Brasil,

vão os meus sinceros agradecimentos.

# ÍNDICE

Página

1	INTRODUÇÃO.....	1
2	CARACTERÍSTICAS FÍSICAS, ADMINISTRATIVAS E ECONÔMICAS DE MOÇAMBIQUE.....	5
2.1	Localização Geográfica e Breve Caracterização Física.....	5
2.2	Divisão Administrativa.....	11
2.3	Sumário Histórico da Ocupação Colonial.....	16
2.4	Características Econômicas.....	18
3	EVOLUÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO MOÇAMBICANA SEGUNDO A REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	25
3.1	A população em Moçambique Pré-colonial.....	26
3.2	Alguns Aspectos Espaciais da População em Moçambique Colonial.....	30
3.3	Tendências da Redistribuição Espacial da População Após a Independência Nacional.....	49
4	(RE)DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO MOÇAMBICANA.....	60

4.1	Distribuição Interprovincial da População.....	62
4.2	Distribuição Interdistrital da População.....	72
4.3	Taxas de Crescimento Interprovinciais.....	82
4.4	Principais Componentes da (Re)distribuição Espacial da População em Moçambique.....	88
4.4.1	A Urbanização e a Redistribuição Espacial da População em Moçambique.....	90
4.5	Considerações Finais.....	93
5	CONCLUSÕES.....	95
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	99
	APÊNDICE (Tabelas 1 a 4).....	102

## ÍNDICE DE FIGURAS

### Página

Figura 2.1:	Moçambique: Localização geográfica.....	6
Figura 2.2A:	Moçambique - Divisão político- administrativa: Províncias, 1980.....	14
Figura 2.2B:	Moçambique - Divisão político- administrativa: Distritos, 1980.....	15
Figura 4.1A:	Moçambique - Distribuição da população por províncias, 1940-1960.....	63
Figura 4.1B:	Moçambique - Distribuição da população por províncias, 1970-1991.....	64
Figura 4.2A:	Moçambique - Variação absoluta da da população segundo as províncias 1940/50, 1950/60 e 1960/70.....	67
Figura 4.2B:	Moçambique - Variação absoluta da da população segundo as províncias 1970/80 e 1980/91.....	68

Figura 4.3A:	Moçambique - Variação relativa (%) da população segundo as províncias 1940/50, 1950/60 e 1960/70.....	70
Figura 4.3B:	Moçambique - Variação relativa (%) da população segundo as províncias 1970/80 e 1980/91.....	71
Figura 4.4:	Moçambique - Distribuição da população por distritos, 1960-1980.....	73
Figura 4.5:	Variação absoluta da população segundo os distritos. Moçambique, 1960/70 e 1970/80.....	78
Figura 4.6A:	Moçambique - Taxas médias de crescimento anual da população segundo as províncias 1950/60 e 1960/70.....	83
Figura 4.6B:	Moçambique - Taxas médias de crescimento anual da população segundo as províncias 1970/80 e 1980/91.....	84



## ÍNDICE DE TABELAS

Página

Tabela 2.1:	Moçambique - Províncias, capitais e extensão territorial, 1980.....	13
Tabela 3.1:	Moçambique - Evolução da população total 1900-1970.....	37
Tabela 3.2:	Moçambique - Densidade demográfica segundo as macro-regiões, 1900-1970.....	45
Tabela 3.3:	Moçambique - Distribuição percentual da população por macro-regiões, 1900-1970.....	45
Tabela 3.4:	Moçambique - Evolução da população por área residencial, 1960-1991.....	55
Tabela 3.5:	Moçambique - Distribuição proporcional da população entre as macro-regiões densidade demográfica, 1980-1991.....	59
Tabela 4.1:	Moçambique - Distribuição da população por províncias, 1940-1991.....	65

Tabela 4.2:	Moçambique - Taxas médias de crescimento anual da população segundo as províncias 1940/50, 1950/60, 1960/70, 1970/80 e 1980/91.....	85
-------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

Tabela 4.3:	Moçambique - Contribuição da reclassificação de novos centros urbanos para o crescimento da população urbana, 1960/80 e 1980/91.....	91
-------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

Tabela 4.4:	Moçambique - Participação das cidades na população urbana segundo categorias de tamanho urbano, 1960, 1980 e 1991.....	152
-------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

## 1 INTRODUÇÃO

A redistribuição espacial da população no território moçambicano, principalmente a partir da década de 60, pode ser atribuída à instabilidade político-militar no território, que começou com a luta armada de libertação nacional de 1964 a 1974, em particular nas províncias do norte, e prosseguiu com a guerra civil a partir da década de 80 até 1992, em quase todo território nacional, à distribuição desigual dos recursos produtivos e à criação de empregos (emergentes do processo da urbanização). ✓

Em Moçambique, onde a economia é predominantemente agrária, a maioria da população é rural. Por outro lado, Moçambique herdou do seu passado colonial uma economia produtora de matérias primas orientadas para o mercado externo, cuja principal característica foi o surgimento de algumas cidades-portos importantes, com funções de centros comerciais de exportação, para além de centralizarem os serviços financeiros e administrativos requeridos pela economia nacional. A área urbana limita-se principalmente a alguns pontos da faixa costeira. O interior do território é basicamente rural. No que se refere à mobilidade espacial da população no território, deve-se salientar a existência de duas principais orientações migratórias: uma com sentido Oeste-Este (do interior para o litoral), e outra com sentido Norte-Sul.

(dada a presença, no centro e sul do país, das duas maiores cidades). Admite-se que a configuração urbana herdada do passado colonial tenha levado à rápida concentração da população na faixa costeira e no sul do país (em particular na cidade-capital de Maputo) nas últimas décadas, exercendo assim uma forte pressão sobre os recursos locais. ✓

O estudo da (re)alocação e (re)distribuição da população no espaço, assim como sua implicação para a dinâmica demográfica e sócio-econômica de Moçambique é de extrema importância para o entendimento e elaboração de planos de ação visando a retomada do desenvolvimento do País, tanto no âmbito econômico quanto no que diz respeito às questões sociais. Porém, a falta de dados confiáveis em Moçambique não permite uma análise aprofundada e quantificada da dinâmica espacial da população. Os recenseamentos da população, usados até hoje como fontes de informação básicas em diversos estudos de carácter demográfico, apresentam problemas de incomparabilidade em vários aspectos. Durante a época colonial foram realizados 4 recenseamentos gerais da população, com uma periodicidade de 10 anos. O primeiro ocorreu em 1940 e o último em 1970. Entre os 4 Censos Demográficos coloniais não existe uniformidade, em termos conceituais, de cobertura, de população alvo e de unidades espaciais de referência. Dentre as inúmeras dificuldades com que se depara ao estudar a distribuição espacial da população em Moçambique destacam-se mais as relacionadas com diferenças de cobertura censitária e, também,

com as disparidades entre os Censos quanto aos critérios adotados na definição de população urbana e rural.

A grande deficiência de cobertura censal foi registrada no recenseamento geral da população de 1970, dada a guerra colonial no período entre 1964 e 1974, na região norte de Moçambique. Em consequência disto existe uma subenumeração considerável da população no Censo Demográfico de 1970. Ao contrário, o recenseamento geral da população de 1980, o único realizado após a independência nacional, teve uma melhor cobertura, o que sobrestima o crescimento populacional do período 1970-1980.

Em 1991 foi realizado o Inquérito Demográfico Nacional, em uma situação conturbada pela guerra civil, quando mais de três milhões de moçambicanos encontravam-se refugiados nos países vizinhos. Esse Inquérito abrangiu apenas a população das áreas mais seguras (todas as áreas urbanas e algumas rurais). Com base nos resultados do Inquérito e nos dados do censo de 1980 foram feitas algumas estimativas de população (denominadas por "projeções" pela DNE), por províncias, para o período 1900-2000.

Dadas as limitações aqui apontadas, far-se-á neste trabalho apenas uma análise do padrão de distribuição espacial da população mais centrada em nível das províncias.

Assim, o trabalho não só tem o propósito de fazer um diagnóstico do fenômeno da redistribuição espacial da população no sentido de estudar a relação entre a evolução histórica da

distribuição geográfica da população e a história do desenvolvimento econômico do território, como também pretende ressaltar a influência da qualidade dos atuais dados censais na distorção da tendência real do processo de distribuição espacial da população e chamar atenção para a necessidade de Censos Demográficos que retratem a verdadeira imagem da população em Moçambique.

A estrutura do trabalho compreende, além desta introdução, quatro capítulos. No segundo capítulo apresenta-se o quadro geral sobre as características físicas, administrativas e econômicas do território moçambicano, em uma perspectiva histórica, de forma a permitir um melhor entendimento das questões abordadas nos capítulos subsequentes. O capítulo 3 procura levantar, com ajuda da revisão bibliográfica, alguns aspectos da evolução espacial da população em Moçambique, fazendo uma caracterização da distribuição espacial da população em cada um dos momentos da história moçambicana (pré-colonial, colonial e pós-colonial). No capítulo 4 faz-se o uso de dados dos Censos Demográficos de 1940 a 1980 e de estimativas de população para 1991 para diagnosticar as tendências da distribuição espacial da população moçambicana, com base em mapas de população. Finalmente, no capítulo 5, são apresentadas as conclusões do trabalho.

## **2 CARACTERÍSTICAS FÍSICAS, ADMINISTRATIVAS E ECONÔMICAS DE MOÇAMBIQUE**

Em qualquer território, o meio natural (relevo, rios, vegetação, recursos minerais, etc), direta ou indiretamente exerce influência sobre o desenvolvimento e, conseqüentemente, a distribuição espacial da população. Assim, neste capítulo faz-se uma breve referência a alguns aspectos físico-naturais que caracterizam o território moçambicano e que, de alguma forma, podem explicar as particularidades do seu desenvolvimento. Em seguida, procede-se a uma descrição da divisão administrativa de Moçambique e, depois, apresenta-se um sumário histórico de sua ocupação colonial e suas características econômicas.

### **2.1 Localização Geográfica e Breve Caracterização Física**

A República de Moçambique (Figura 2.1) localiza-se no sudeste de África, entre 10° 27' e 26° 52' de latitude Sul, assim como entre 30° 12' e 40° 51' de longitude Este. Ela faz fronteira ao Norte com a República da Tanzânia, a Oeste com as Repúblicas do Malawi, da Zâmbia, do Zimbabwe, da África do Sul e do Reino da Swazilândia, e ao Sul novamente com a República da África do Sul. A Este fica o Oceano Índico (Canal de



**Figura 2.1**

**MOÇAMBIQUE: LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA**



Moçambique). O comprimento da linha de costa - desde a foz do rio Rovuma (ao norte) até a Ponta do Ouro (ao sul) - é de 2.525 Km. O território abrange uma área de 799.379 Km<sup>2</sup>; dos quais 13.000 Km<sup>2</sup> constituem águas interiores.

Do ponto de vista geológico distinguem-se, em Moçambique, duas grandes unidades: o Precâmbrico e o Fanerozoico. O Precâmbrico, que ocupa cerca de 2/3 do território nacional, distribui-se sobretudo pelas regiões norte e centro-oeste do país. Os seus terrenos são constituídos pelas rochas mais antigas do território, formadas há mais de 600 milhões de anos. O Fanerozoico ocupa cerca de 1/3 do território nacional. Ele abrange quase a totalidade da região sul e a faixa litoral das regiões centro e norte. É constituído essencialmente por rochas sedimentares que se formaram há 70 e até 300 milhões de anos.

Em conformidade com a sua estrutura geológica, Moçambique apresenta uma grande variedade de recursos minerais, que podem ser agrupados em quatro tipos: minerais energéticos, metálicos, não-metálicos e águas minero-medicinais.

Dentre os minerais energéticos destacam-se o gás natural e o carvão mineral. Também existe a hipótese da ocorrência do petróleo associado ao gás natural. Os jazigos de gás natural mais importantes são localizados na bacia moçambicana, parte central e sul do país, ocupando uma área de cerca de 290.000 Km<sup>2</sup>. O jazigo da região sul (província de Inhambane) possui reservas avaliadas em 45 bilhões de m<sup>3</sup> de gás. O carvão mineral, cujas reservas são avaliadas em 10 bilhões de toneladas, tem os

seus principais jazigos na região noroeste do país (província de Tete).

No grupo dos minerais metálicos destacam-se ouro, ferro, cobre, platinoides, pegmatitos de metais raros, terras raras e areias pesadas. A respeito das suas reservas não existe ainda uma avaliação quantificada. O ouro (essencialmente aluvionar), o cobre e o ferro ocorrem principalmente nas regiões noroeste e centro-oeste do território (nas províncias de Tete e Manica, respectivamente). Também regista-se ocorrência de ouro na região centro (província da Zambézia) e de ferro na região norte (província de Nampula). Os platinoides ocorrem na região noroeste (província de Tete), enquanto que os pegmatitos de metais raros são localizados na região centro (província da Zambézia).

Os principais minerais não-metálicos identificados no território são: mármore, granito negro e vermelho, grafite, fluorite, diatomite e pedras semi-preciosas. O mármore e o granito vermelho localizam-se quase exclusivamente na região norte (províncias de Cabo Delgado e Niassa, respectivamente). As diatomites têm maior concentração na região sul (província de Maputo). Os restantes minerais podem ser encontrados nas regiões norte e centro do país.

Segundo as características do relevo, o território de Moçambique deixa-se repartir em quatro zonas: zona de planícies, planaltos médios, altiplanaltos e montanhas. A zona de planícies, com uma altitude de até 200 metros, estende-se ao



longo de todo litoral moçambicano. Com cerca de 44% do território total, ela ocupa a maior parte da área territorial. Caminhando do litoral para o interior, a zona de planícies é sucedida por outra de planaltos médios. Com altitudes entre 200 e 500 metros, a zona de planaltos médios cobre cerca de 17% da área total do país. A zona de altiplanaltos, que sucede a de planaltos médios, apresenta altitudes entre 500 e 1000 metros. Ela ocupa cerca de 26% do território. Esta zona é encerrada por uma outra de montanhas que, com cerca de 13 % da área total, se estende principalmente ao longo de ambos os lados do extremo sul do Malawi, assim como ao longo da fronteira com a República do Zimbabwe. As suas altitudes ultrapassam os 1000 metros.

Em virtude da disposição do relevo, quase todos os rios de Moçambique correm na direção Oeste-Este, indo desaguar no Oceano Índico.

\* Devido à grande extensão norte-sul do território, o clima tropical, que nele predomina, apresenta características diferentes entre as regiões norte, centro e sul. Nas regiões norte e centro regista-se um clima tropical húmido, caracterizado por uma época de chuvas mais longa (de Setembro a Março) que a da seca. Nestas regiões as temperaturas são geralmente elevadas, e os seus valores médios anuais oscilam entre os 24 e 26°C. A região sul, que se encontra sob forte influência dos ventos do sudeste (ventos alíseos), apresenta um clima tropical seco, caracterizado por um período seco mais

longo (de Abril a Outubro) que o chuvoso. As temperaturas médias anuais ultrapassam os 26°C.

Com o aumento de altitude, no interior do território, diminui a temperatura do ar e aumenta a pluviosidade. A região mais seca do território, com uma precipitação média anual de 400 mm, é a que se estende em torno do trópico de Capricórnio. Em todo país, a precipitação média anual é de 1400 mm; nas zonas montanhosas ela atinge, às vezes, os 2000 mm, e na zona costeira somente 400 a 600 mm.

No que se refere à vegetação deve-se salientar a existência, em Moçambique, de diferentes tipos de formação vegetal, em consequência das diferenças de latitude, longitude e condições climáticas e geológicas que caracterizam o aspecto físico do território. Assim, as principais formações vegetais, em linhas gerais, são: as florestas densa e aberta e a savana. A floresta densa, que se distribui especialmente pelas zonas montanhosas, ocupa uma pequena área do território. Os tipos de formação vegetal mais abundantes são a floresta aberta e a savana que, em conjunto, ocupam 2/3 da superfície total do país. Além dos tipos aqui referidos, existem outros, menos representativos, mas com importância científica, econômica e ambiental, que se distribuem pelo litoral nos rebordos da costa. Trata-se do mangal - uma formação arbustiva sempre verde, que ocupa as margens dos estuários de água salgada e de certas reentrâncias da costa onde as águas são calmas - e das formações psamofíticas costeiras, constituídas por uma

vegetação arbustiva baixa e densa, de porte sensivelmente uniforme devido à influência do vento, e localizadas sobre a linha de dunas correspondentes às areias do Quaternário (BARCA, SANTOS, 1992).

## 2.2 Divisão Administrativa

Tanto antes como depois da independência nacional, a organização territorial de Moçambique sofreu continuamente modificações, como consequência da necessidade de adequá-la às exigências de administração.

Os critérios de definição de assentamentos humanos durante a a dominação colonial portuguesa em Moçambique correspondiam às necessidades da administração colonial, especialmente à necessidade de exercer a ação fiscalizadora indispensável a uma eficiente administração das zonas tanto rurais como urbanas.

De acordo com WORKSHOP... (1992), os limites da divisão administrativa fixados na então Província de Moçambique pela administração colonial portuguesa atendiam, principalmente, os fatores como o meio geofísico, a economia da região, a etnologia e a facilidade de comunicação.

Assim, até os últimos anos da administração colonial portuguesa, a província de Moçambique estava dividida em distritos, cujas sedes eram denominadas vilas ou cidades. Os distritos, por sua vez, estavam divididos em concelhos e

circunscrições. As circunscrições abrangiam regiões predominantemente habitadas por populações que ainda não estavam integralmente adaptadas à cultura portuguesa. Segundo a sua população, riqueza, movimento comercial, desenvolvimento agrícola e impostos cobrados de indígenas, as circunscrições eram classificadas em categorias. Por último, as circunscrições estavam divididas em postos administrativos, de acordo com as exigências locais.

Após a independência nacional, houve algumas modificações na divisão territorial, como resposta às exigências da nova administração local. Numa primeira fase foram modificadas, em particular, as denominações. Assim, os distritos passaram a designar-se províncias; os concelhos e circunscrições foram denominados distritos; e os postos administrativos passaram a designar-se localidades. Os antigos distritos de Moçambique e de Lourenço Marques passaram para a denominação de províncias de Nampula e de Maputo, respectivamente. A antiga cidade de Lourenço Marques, capital de Moçambique, passou a designar-se cidade de Maputo e a assumir o status de província. As antigas sedes distritais (vilas) tornaram-se capitais provinciais e passaram para a denominação de cidades.

Em resumo, Moçambique, logo após a independência, foi dividido em dez províncias (Figura 2.2A) e mais a cidade de Maputo, que tem o status de província. As províncias, por sua vez, foram subdivididas em distritos (Figura 2.2B), e estes em localidades. As cidades foram organizadas em bairros. As

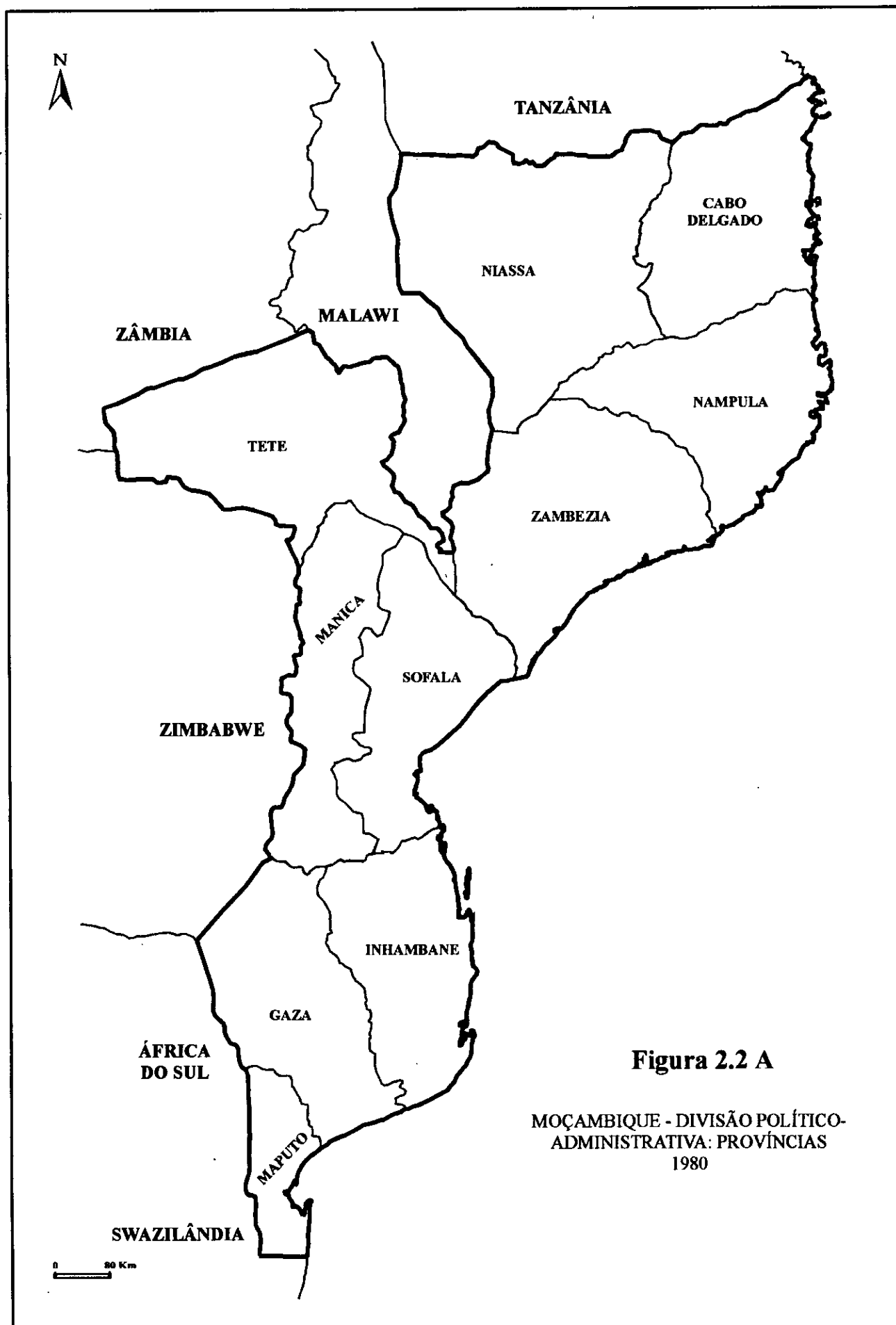
províncias são dirigidas por governadores, nomeados pelo Presidente da República. Os distritos e as localidades ficam sob a direção de administradores.

Para fins de análise espacial, neste trabalho, a cidade de Maputo é incluída na província de Maputo. Na tabela 2.1 apresenta-se a relação nominal das províncias, ordenadas de norte para sul, com as suas respectivas capitais e áreas.

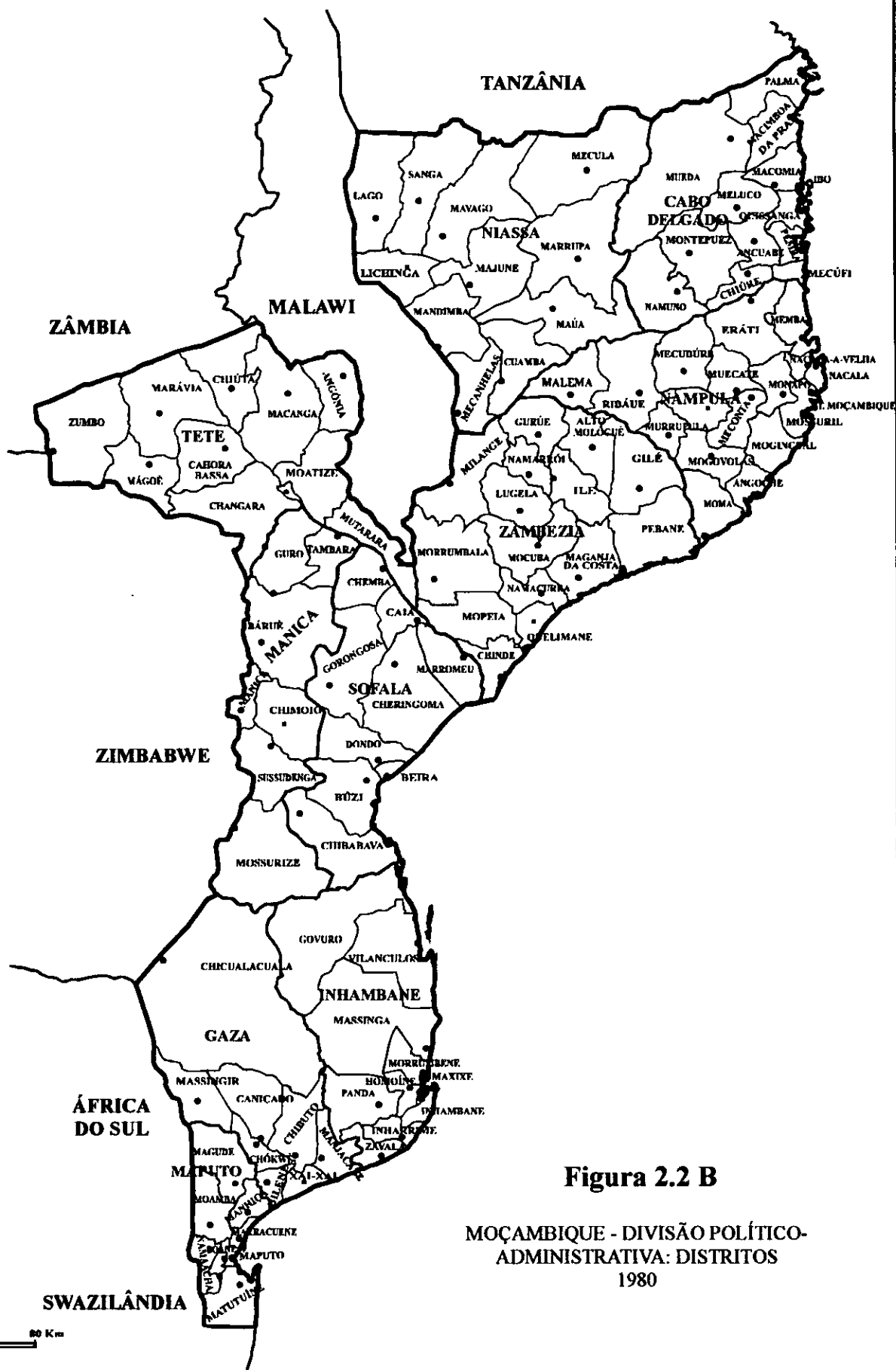
Tabela 2.1  
PROVÍNCIAS, CAPITAIS E EXTENSÃO TERRITORIAL  
MOÇAMBIQUE, 1980

PROVÍNCIA	CAPITAL	ÁREA (km <sup>2</sup> )
NIASSA	Lichinga	129.056
CABO DELGADO	Pemba	82.625
NAMPULA	Nampula	81.605
ZAMBÉZIA	Quelimane	105.008
TETE	Tete	100.724
MANICA	Chimoio	61.661
SOFALA	Beira	68.018
INHAMBANE	Inhambane	68.615
GAZA	Xai-Xai	75.709
MAPUTO	Matola	25.756
MAPUTO-cidade	-----	602

Fonte: ARAÚJO, 1988, p. 12; GASPAR, 1989, p. 166-170.







Mais tarde, dadas as grandes transformações políticas, sociais e econômicas que ocorreram no país, bem como a necessidade de se implantar e estruturar o poder popular até a base, decidiu-se pela alteração da organização territorial. Foi assim que, em 1986, resultou uma nova divisão administrativa que, além de recriar postos administrativos, elevou o número de distritos e localidades, de 109 para 128 e de 1000 para 1024, respectivamente (GASPAR, 1989; WORKSHOP..., 1992).

Para a execução do presente trabalho considerar-se-á a organização territorial que vigorou até 1986, pois nela se baseia grande parte da informação disponível.

### 2.3 Sumário Histórico da Ocupação Colonial

Antes da presença portuguesa, Moçambique, cuja população é de origem Banto, já mantinha relações comerciais com os árabes. Moçambique comercializava produtos como ferro, ouro, marfim e madeiras raras. Em troca, os árabes traziam tecidos de algodão, seda, perfumes, pérolas, drogas medicinais, missangas, especiarias, etc.

Depois de Vasco da Gama ter passado pela Ilha de Moçambique, a caminho marítimo para a Índia, em 1498, chegaram os portugueses que, entre 1505 e 1507, conquistaram os postos comerciais árabes que se encontravam localizados na costa e os

transformaram em centros de comércio de escravos. Também fundaram outros centros comerciais em Sena e Tete, no interior, às margens do rio Zambeze. Assim começou a dominação colonial portuguesa em Moçambique, que durou quase cinco séculos.

A ocupação de Moçambique pelos portugueses não foi em larga escala, por alegadamente possuir um clima quente e insalubre. Portanto, isto contribuiu para que o seu desenvolvimento econômico, até finais do século passado, fosse mais atrasado que o dos seus vizinhos do sul, cujas condições climatéricas eram consideradas muito mais favoráveis. Além disso, Portugal não estava em condições financeiras de se dedicar ao desenvolvimento de um território aparentemente tão pouco prometededor; por consequência, instituiu-se o método de desenvolvimento por meio de companhias majestáticas.

A implantação colonial efetivou-se entre 1886 e 1918, após a definição de novas formas de relacionamento entre as potências européias e os territórios colonizados, na Conferência de Berlim. Assim, Portugal fez uma ocupação militar, administrativa e econômica, ao mesmo tempo que surgiu uma nova organização político-administrativa do território. A verdadeira economia colonial estabeleceu-se principalmente na primeira metade do presente século (HISTÓRIA..., 1993).

Enquanto que noutras colônias procurou-se estabelecer ligações econômicas muito estreitas com as respectivas metrópoles, a economia colonial em Moçambique foi reestruturada para servir os interesses da burguesia européia. Este fato

conduziu o país ao atraso econômico, apresentando insignificantes setores de indústria, comércio e transporte, e um vasto setor agrário bastante débil.

Além do atraso econômico, a política colonial em Moçambique também fomentou conflitos sociais e raciais. As práticas de política de repressão e outras atitudes negativas, que caracterizaram o regime colonial, resultaram em um surto de contestação popular, que culminou com a luta de libertação nacional, iniciada em 1964. Em 25 de Junho de 1975, dez anos mais tarde, foi proclamada a independência do país.

#### 2.4 Características Econômicas

Moçambique, que até a conquista da sua independência foi um território colonial, economicamente pouco desenvolvido, figura no grupo dos países mais pobres do mundo, de acordo com a avaliação do Banco Mundial. Em 1992, a renda per capita em Moçambique, estimada em 60 USD pelo Banco Mundial, conforme o relatório de 1994, foi considerada a mais baixa do Mundo. Entre 1980 e 1992, o crescimento médio anual da renda per capita foi de -3,6%. A taxa de crescimento média anual do produto interno bruto para o período 1980-1992 foi de 0,4%, 15,25 vezes menor que a média (6,1%) dos países de economias de renda baixa. A agricultura foi o único setor econômico que, com uma taxa média



de crescimento anual de 1,3%, teve crescimento positivo no período considerado; na indústria, a taxa média de crescimento anual foi de -0,4%, enquanto que no setor de serviços e outros ela foi de -1,5%. A distribuição percentual do produto interno bruto por setores de atividade econômica, em 1992, foi a seguinte: agricultura -> 64%, indústria -> 15%, e serviços e outros -> 21% (INFRASTRUCTURE..., 1994, p. 162-166).

Tal como se referiu anteriormente, a economia moçambicana sempre foi e continua sendo caracterizada pelo predomínio de um vasto setor da agricultura bastante atrasado. A atividade agrícola, durante o período colonial, envolvia três setores:

- 1) setor das plantações - grandes empresas de monocultura - que resultaram do investimento de capital estrangeiro (sobretudo não portugueses) voltado para culturas de exportação como açúcar, chá, copra e sisal. A sua contribuição para a produção agrícola total era cerca de 15%;
- 2) setor dos latifúndios, médias e pequenas propriedades dos colonos, cuja produção destinava-se principalmente a satisfazer o mercado interno, com 15% da produção agrícola total. Este setor ocupava geralmente os arredores das grandes cidades; e
- 3) campesinato, com cerca de 70% da produção agrícola total. Este setor destinava-se a produzir tanto para o auto-consumo (mandioca, milho, amendoim, sorgo)

como para o abastecimento do mercado, com produtos como castanha de cajú e algodão.

A rápida desintegração colonial, que caracterizou o período pós-independência, causou grandes rupturas na economia agrícola. O país, abandonado pela burguesia colonial, levando consigo elevadas somas de capitais, registou consideráveis baixas na produção de culturas mercantis. A deterioração da rede de comercialização das colheitas do campesinato, que estava a cargo dos colonos, teve igualmente grande impacto na destruição da economia rural.

No âmbito da reestruturação econômica, o governo moçambicano definiu, em 1977, no seu plano de desenvolvimento econômico, a agricultura como base fundamental da economia nacional e a indústria como fator dinamizador. Na agricultura, o governo adotou uma política de desenvolvimento agrário voltada para a socialização do campo, através da criação de campos de cultivo coletivos, cooperativas agro-pecuárias, propriedades estatais (setor estatal), além das propriedades individuais dos camponeses (setor familiar). O setor agrícola estatal inclui as grandes plantações (principalmente, as de cana-de-açúcar, sisal, chá e copra). O setor familiar (o campesinato) continua, como na era colonial, a produzir tanto culturas para a indústria ou exportação (castanha de cajú e algodão) como culturas para a subsistência familiar (milho, mandioca, mapira, amendoim, arroz e feijão).

À semelhança do que foi a agricultura colonial, deve-se salientar que a indústria, durante a colonização, pertencia a companhias estrangeiras (não-portuguesas). Ela surgiu da necessidade de transformar as matérias-primas destinadas à exportação. Assim, foram implantadas em Moçambique as indústrias extrativa (exploração florestal e de minérios) e transformadora (transformação de produtos agrícolas).

O desenvolvimento industrial de Moçambique teve o seu maior índice na década de 70. Em 1973, a indústria transformadora moçambicana, que era muito dependente de matérias-primas ou outros produtos semi-acabados importados do exterior, atingiu o seu máximo. Porém, a saída de colonos de Moçambique, em 1975, acarretou a falta de gestão, de técnicos e de peças sobressalentes. Em paralelo, verificou-se uma queda das importações de matérias-primas e/ou produtos semi-acabados. Estes fatos contribuíram para uma redução significativa da produção industrial durante os primeiros anos de independência (BARCA, 1993). Sinais de recuperação foram registados entre 1977 e 1981. Neste período, verificou-se "uma tendência positiva na evolução dos níveis gerais de produção de bens e serviços", o que levou ao "crescimento do produto interno bruto em cerca de 11%" (ARAÚJO, 1988, p. 58). Os efeitos da guerra e das calamidades naturais, por uma lado, e a falta de divisas para importação de máquinas e insumos industriais, por outro, contribuíram para redução da produção a partir de 1982 e,

consequentemente, para o "decréscimo do produto interno bruto em cerca de 10%" (ARAÚJO, 1988, p. 58).

Em 1987, com a introdução, no país, do Programa de Recuperação Econômica (PRE) - que permitiu a injeção de recursos externos em moeda e vários apoios em mercadorias à balança de pagamentos, especialmente para a importação de matérias-primas e de peças sobressalentes - a indústria moçambicana voltou a conhecer o maior impulso dos anos mais recentes. "O volume de produção de todas as atividades principais da indústria aumentou 21,5% em 1987 relativamente a 1986..." (BARCA, 1993, p. 127).

Os ramos da indústria mais predominantes no país são: indústria alimentar, têxtil e de vestuário, metalúrgica, de construção de máquinas, de processamento da madeira e indústria de materiais de construção.

Hoje, Moçambique é um país fundamentalmente agrícola, com um incipiente setor industrial. De acordo com BARCA (1993), o Censo Demográfico de 1980 revelou que 85,2% da população economicamente ativa, nesse período, estava ocupada no setor agrícola; 6,2% na indústria; 7,8% no setor de serviços (transporte e comunicações, comércio, educação e cultura, saúde e outros); e 0,8% na construção. O Inquérito Demográfico de 1991, apesar de revelar a mesma tendência da distribuição da força de trabalho segundo setores de atividade econômica, mostra certo decréscimo da percentagem da população ocupada no



setor agrícola (para cerca de 77,6%) em benefício do setor de serviços (15,9%), principalmente (FORÇA..., 1994).

A concentração de centros urbano-industriais na faixa costeira não tem nenhuma ligação funcional com o interior, uma vez que surgiram da necessidade de manutenção de relações com a Europa, por oferecerem ótimas condições naturais aos sistemas de transporte e circulação. Moçambique é um dos países de trânsito mais importantes na costa oriental da África. No sistema de transporte colonial, Moçambique, que sempre providenciou o escoamento das importações e exportações do chamado "Interland", desempenhou um papel de prestador de serviços para África do Sul, Rodésia do Sul (atual Zimbabwe) e Malawi. Todas as vias férreas correm na direção Este-Oeste, não existindo alguma na direção Norte-Sul. O mesmo acontece com as rodovias. Os três grandes portos, Maputo, Beira e Nacala, constituem o ponto de partida do sistema de transporte moçambicano. Existem outros portos pequenos, como os de Inhambane, Quelimane e Pemba, usados para a navegação costeira.

À semelhança dos setores agrícolas e industrial, o sistema de transporte sofreu também deterioração nos últimos anos, como resultado da ação conjugada de vários fatores de índole interna (principalmente, a insegurança) e externa. Uma análise da evolução do transporte de carga e de passageiros, no período entre 1973 e 1991, revela que o transporte de carga decresceu

em cerca de 7 vezes, enquanto que o de passageiros sofreu um decréscimo da ordem de 50% (BARCA, 1993).

A localização das cidades quase exclusivamente na região costeira, em consequência principalmente de circunstâncias históricas e econômicas, determinou para Moçambique um povoamento predominantemente costeiro. No capítulo que se segue são destacados alguns fatores que, ao longo do tempo, tiveram mais impacto na evolução espacial da população moçambicana.

### 3 EVOLUÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO MOÇAMBICANA SEGUNDO A REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Espacialmente, a população moçambicana sofreu, ao longo do tempo, mudanças contínuas, causadas por fatores de várias ordens, tais como os modos e as relações de produção, as situações militares, os processos da urbanização, o desenvolvimento da estrutura social e econômica, etc. Portanto, para o melhor entendimento do padrão de distribuição espacial da população que prevalece atualmente em Moçambique, é necessário que se parta de um estudo retrospectivo.

O presente capítulo procura levantar alguns aspectos da evolução espacial da população moçambicana, a partir de uma perspectiva histórica. Tenta caracterizar a distribuição espacial da população em cada um dos três principais períodos que constituem a história de Moçambique: pré-colonial, colonial e pós-colonial. A distribuição espacial da população é descrita como um fenômeno macrossocial, que depende fundamentalmente da organização produtiva, social e econômica de cada um dos períodos. Para facilitar a compreensão das principais mudanças ocorridas na organização espacial da população, ao longo do tempo, faz-se, em primeiro lugar, uma breve descrição da estrutura espacial da população em Moçambique pré-colonial. Em seguida, apresenta-se o padrão da distribuição espacial da população em Moçambique colonial e pós-colonial.

### 3.1 A População em Moçambique Pré-colonial

Não se dispondo de dados que possam refletir de forma precisa as características da distribuição espacial da população em Moçambique pré-colonial, recorreu-se à consulta de publicações históricas, que dão informações a respeito dos primeiros povos que habitaram o território e da sua forma de organização produtiva, social e econômica. Através destas fontes, pode-se perceber que os padrões da distribuição espacial da população moçambicana, vigentes nos diferentes momentos da sua história, são resultado da forma como a população ganha seu sustento e das mudanças na organização econômica. Ou seja, para cada tipo de economia que prevaleceu em um determinado momento histórico, pode ser identificado um padrão de distribuição espacial correspondente.

Já na Idade da pedra, de acordo com HENRIKSEN (1978), Moçambique foi habitado pelos antepassados dos atuais Khoisans do sudoeste africano, que, em bandos nômades, viviam da caça e da coleta de alimentos. Estes povos, cuja unidade básica era a família, não tinham nenhuma organização centralizada. Assim, no que se refere ao padrão de distribuição espacial da população, neste tipo de sociedade pode-se falar, como sugere POLLANCO CASTILLO (1989), de uma ampla distribuição sobre a terra, de clãs e de bandos viajantes.

Na Idade do ferro, registou-se a fixação de novos grupos populacionais em Moçambique, que causou a retirada dos primeiros em direção ao sul do continente. Trata-se de grupos de origem Bantu, que, pressionados pelas mudanças ecológicas na região do Sahara, deslocaram-se para o sul, alcançando assim a costa do oceano Índico, em Moçambique, entre os anos 100 e 400, depois de Cristo (HENRIKSEN, 1978). Estes grupos foram "povoando gradualmente as bacias fluviais costeiras e, quase ao mesmo tempo, as encostas e os planaltos do interior" (HISTÓRIA..., 1993, p. 49). As suas principais atividades econômicas eram a agricultura e a metalurgia do ferro. HENRIKSEN (1978) explica que os imigrantes Bantu, como agricultores sedentários, desenvolveram uma organização política e social mais sofisticada que a dos seus antecessores da Idade da pedra. Com os Bantu, não só surgiram as primeiras sociedades sedentárias em Moçambique, como também houve emergência de novas formas de ocupação espacial - as aldeias.

A agricultura, acompanhada pela criação de gado, foi a base fundamental da economia das primeiras sociedades moçambicanas, após a fixação Bantu. Embora se exercessem outras atividades econômicas, como a caça, a pesca, a olaria, a tecelagem e a metalurgia, a atividade agrícola era a única que "determinava relações de produção permanentes" (HISTÓRIA..., 1988, p. 51).

O surgimento das primeiras sociedades sedentárias em Moçambique precedeu a chegada dos mercadores asiáticos, entre

os séculos IX e XIII, que, progressivamente, fixaram-se na costa litoral do território, onde fundaram postos comerciais e mantiveram um ativo comércio com as populações locais. O comércio consistia na troca de tecidos árabes por ouro e outros metais. No decorrer do tempo, a atividade comercial foi-se alargando para o interior, onde a exploração mineira era cada vez mais intensa. Alguns dos principais postos comerciais costeiros dessa época foram instalados em Sofala, na foz do rio Zambeze (Quelimane), em Angoche e na Ilha de Moçambique. O posto de Sofala - a atual segunda grande cidade ferro-portuária do país - foi o mais importante da época, pelo seu relevante papel no tráfico de ouro do interior, e principalmente do planalto rodesiano (no atual território do Zimbabwe), para os mercados do Oceano Índico. HENRIKSEN (1978) afirma que, até o momento da chegada dos portugueses, Sofala foi um microcosmo dos centros afro-árabes de Mombaça, Quíloa e Melinde, localizados na costa litoral do Quênia.

O predomínio do comércio árabe no litoral de Moçambique, já antes do início da colonização, pode ser considerado como tendo sido um dos principais fatores responsáveis pela implantação da estrutura espacial prevalecente na atualidade. Ou seja, a atividade mercantil foi uma das primeiras forças que estimularam o início do processo de concentração da população na região costeira.

Mais do que terem sido um fator primordial na determinação de um povoamento inicial predominantemente costeiro, os postos

comerciais árabes serviram de ponto de partida para a penetração colonial-mercantil portuguesa em Moçambique.

Os portugueses, que chegaram a Moçambique atraídos fundamentalmente pelo comércio de ouro, fixaram-se no território, "primeiro como mercadores e, só mais tarde, como colonizadores efectivos" (HISTÓRIA..., 1988, p. 79). Para garantirem o controle das vias de escoamento de ouro do interior, os novos mercadores ocuparam, inicialmente, os dois importantes postos comerciais que já existiam no litoral: O posto comercial de Sofala, considerado "a porta do país do ouro" (KI-ZERBO, 1972, p. 388), foi o primeiro a ser ocupado, em 1505. Nele foi construída a primeira fortaleza dos portugueses. O segundo importante posto comercial a ser ocupado pelos portugueses, em 1507, foi a Ilha de Moçambique, que, segundo HENRIKSEN (1978), desempenhava um papel central no sistema de comércio do Índico. Mais tarde, preocupados com o acesso às zonas produtoras de ouro, os mercadores portugueses decidiram penetrar no vale do Zambeze, no interior, onde acabaram fixando assentamentos em Tete e Sena, em 1530, e em Quelimane, em 1544 (HISTÓRIA..., 1988).

Devido à sua posição estratégica, a Ilha de Moçambique - que acolheu altos funcionários do governo português em Moçambique, após o declínio e ruptura do Estado da Índia, e cuja fortaleza demarcou a maior parte da fronteira setentrional portuguesa na costa oriental da África, após a queda de Mombaça para o estado árabe de Omã, em 1698, - foi a primeira capital

do território, até 1897, quando Lourenço Marques tornou-se a nova capital da então província de Moçambique (HENRIKSEN, 1978).

Na seção seguinte tenta-se apresentar os principais processos sócio-espaciais verificados em Moçambique, após a fixação dos portugueses, e as conseqüentes transformações na configuração da estrutura espacial.

### 3.2 Alguns Aspectos Espaciais da População em Moçambique Colonial

O processo da colonização trouxe consigo novas formas de ocupação espacial em Moçambique. Inicialmente, a ocupação espacial do território, pelos colonos portugueses, se deu através do sistema de "prazos" ou concessões de terrenos, que vigorou desde o século XVII até a segunda metade do século XIX, "ao abrigo do qual extensas áreas foram ocupadas e exploradas por súbditos portugueses, mais ou menos como proprietários feudais vassallos da coroa" (SPENCE, 1965, p. 15), usando trabalho forçado dos habitantes nativos, que eram obrigados a migrar das suas áreas de residência. Os "prazos" estavam localizados principalmente no vale do Zambeze. De acordo com o HISTÓRIA... (1988, p. 84), "os prazos", vistos, por muitos historiadores, "como a primeira forma de colonização portuguesa em Moçambique e, particularmente, no vale do Zambeze, foram essencialmente bolsas de escoamento de mercadorias (ouro e



marfim, numa primeira fase, e escravos, numa segunda)", onde o rio Zambeze serviu de via natural.

De um modo geral, os "prazos" constituíram a base inicial para o surgimento e a expansão dos primeiros núcleos habitacionais com características européias, principalmente no interior do território. A fixação dos colonos nas áreas do Hinterland, inicialmente com objetivos de simples exploração extrativa dos recursos ocorrentes, resultou em ocupação econômica do território, caracterizada fundamentalmente pelo uso efetivo da terra, acompanhado de um processo de criação e desenvolvimento de pequenos núcleos populacionais, ligados, em geral, aos centros já existentes no litoral, por vias e meios de transporte precários.

Com relação ao processo de surgimento e expansão de núcleos de povoamento europeus e suas redes, MATZNETTER (1966) explica que toda ampliação do modo de vida europeu para além das suas fronteiras - geralmente também ligada a uma expansão do poder político até no passado mais recente - trouxe consigo uma transferência da sua típica estrutura de povoamento para as novas áreas de domínio e influência. Em conformidade com isso surgiram, de forma consciente e desejada, lugares centrais de colonização, caracterizados principalmente pela construção de povoados de categoria média para fins administrativos, comerciais e missionários. Em alguns casos, este processo ocorreu simultaneamente com a emergência de novos povoados

agrícolas; e, noutros casos, estes surgiram imediatamente depois.

Além dos núcleos habitacionais condicionados pelas feitorias, fortalezas ou missões (por exemplo, Ilha de Moçambique, Sena, Quelimane e Lourenço Marques), surgiram outros povoados completamente novos, em conexão com a construção das grandes ferrovias no interior.

⇒ Por outro lado, deve-se salientar que, para a fundação de novos povoados, em particular no interior do território, houve concorrência de dois elementos: uma população indígena considerável e terras agrícolas. Também desempenharam papel importante aqueles elementos que constituíam uma posição estratégica para o avanço na ocupação do país ou a efetividade das comunicações do interior com a costa. Mais tarde, quando os colonizadores, já donos do território, passaram a residir permanentemente na região, os núcleos urbanos surgiram quase exclusivamente naquelas áreas ecologicamente propícias e onde existiam aglomerações indígenas; De tal maneira, a distribuição geográfica das cidades fundadas ao se iniciar o assentamento definitivo dos conquistadores coincidiu com a das áreas de concentração indígena, se bem que o estabelecimento de terras excelentemente apropriadas à agricultura e criação de gado, como é o caso da região ao sul do rio Limpopo, contribuiu para a difusão do povoamento.

Os núcleos de colonização que iam surgindo no território encontravam-se separados uns dos outros por enormes distâncias,

que sempre tornaram difícil a construção de caminhos e a comunicação em geral, o que trouxe como resultado, com o decorrer do tempo, o desenvolvimento mais ou menos autônomo de núcleos de população que, em alguns casos, chegaram a gerar um certo desenvolvimento regional, onde os principais centros de cada uma das regiões comunicavam-se por meio de caminhos precários, preferencialmente através do mar.

Assim, apesar da lentidão com que cresciam as cidades coloniais, estabeleceu-se uma inter-relação que, condicionada pelo tipo de economia imperante, determinou o desenvolvimento e definiu espacialmente os principais centros urbanos que conformam as redes das cidades atuais.

A partir das primeiras décadas deste século ocorreram importantes mudanças na situação demográfica e econômica de Moçambique. Observou-se um marcado aumento da população, que alterou o sistema econômico e acelerou o desenvolvimento das vias de comunicação, o que trouxe como consequência mudanças importantes na distribuição da população, com um notório incremento no desenvolvimento de núcleos urbanos. Dessa maneira, as tradicionais redes urbanas existentes sofreram modificações quanto ao número de suas cidades e ao seu padrão de distribuição.]

Vários elementos econômicos, em conexão com o processo da implantação das relações de produção capitalistas no território, contribuíram para a ocorrência das mudanças já referidas. As construções e apetrechos dos principais portos e

ferrovias do país, que, desde os finais do século XIX, segundo HISTÓRIA... (1983, p. 254), tiveram "a função quase exclusiva de servir o trânsito de mercadorias de e para as ricas regiões mineiras do Transvaal e das então colônias inglesas da Rodésia do Sul, Rodésia do Norte e do Niassalândia", estimularam o crescimento das cidades-portos no litoral e o surgimento de outros novos centros no interior (estações ferroviárias).

O surgimento da indústria transformadora, em particular os complexos agro-industriais de açúcar, sisal, chá, copra e algodão, no período entre 1884 e 1914, contribuiu também de forma notória para as mudanças citadas. Segundo HISTÓRIA..., (1983), o rápido aumento da população colona, durante os anos de 1920, levou ao estabelecimento de pequenas indústrias orientadas para o mercado interno. Tratavam-se de indústrias de substituição de importações, tais como as de cimento, farinha de milho, sabão, cerveja, cigarros, águas minerais e gelo, que se encontravam localizadas originalmente em Lourenço Marques (atual Maputo). O seu desenvolvimento e expansão para os outros centros, principalmente costeiros, foi responsável pelo crescimento de pequenos núcleos que hoje, na sua maioria, fazem parte do conjunto das principais cidades do país.

Como referiu-se anteriormente, os assentamentos urbanos em Moçambique estão limitados, desde a era colonial, a uma reduzida área do território, o que significa, portanto, a prevalência de um padrão rural na distribuição espacial da população. ARAÚJO (1991), que defende a existência de uma

relação íntima entre a distribuição territorial da população rural e os tipos de ocupação e posse da terra, afirma que as características da distribuição espacial da população rural moçambicana, na época colonial, eram determinadas por duas formas de ocupação territorial distintas: a ocupação de extensas áreas de terras férteis e de fácil acessibilidade pela agricultura empresarial colonial (grandes plantações estrangeiras, agricultores colonos e grandes criadores de gado) e a ocupação de pequenas parcelas dispersas de terras menos férteis e de difícil acesso pelos camponeses, sujeitos constantemente a deslocamentos forçados.

O domínio da agricultura empresarial colonial, de acordo com ARAÚJO (1991, p.141), "por um lado, afastava a população rural, levando-a a uma dispersão fora do território que lhe fora alienado, e, por outro lado, utilizava mão-de-obra recrutada entre essa população", funcionando assim "como fator de atração demográfica". Isto significa que a população rural era atraída pela oferta de empregos e obrigada a vender a sua força de trabalho a unidades de agricultura empresarial, instalando a sua residência e os seus campos de cultivo familiares no espaço circundante, mas segundo uma organização territorial dispersa e irregular. "Originavam-se assim manchas de maior densidade demográfica, mas só muito raramente surgiam verdadeiros centros de concentração de população...". Assim, o povoamento rural em Moçambique foi caracterizado "por uma dispersão de fraca densidade, interrompida, em algumas áreas,

por manchas de maior adensamento (distritos interiores da Zambézia - plantações de chá e algodão; Sofala - plantações de cana sacarina; Vale do Limpopo - colonato de produção de arroz)" (ARAÚJO, 1991, p. 142).

Portanto, a emergência da economia colonial em Moçambique, no período entre 1885 e 1930, mudou fundamentalmente a estruturação do espaço. Por um lado, ela permitiu a introdução da agricultura comercial no espaço rural, ocasionando assim uma redistribuição da sua população, e, por outro, fez crescer os núcleos urbanos (portos, terminais de ferrovias, centros de administração, comércio e indústria), embora a maioria da população tenha permanecido rural.

Para se ter uma idéia geral de como foi a evolução dos efetivos populacionais durante o período colonial, apresenta-se, na Tabela 3.1, uma série de dados, referentes ao período de 1900 a 1970, e que constituem apenas uma aproximação da realidade.

Uma breve leitura dos dados da Tabela 3.1, apesar da sua pouca confiabilidade, permite-nos constatar que a dinâmica populacional moçambicana, historicamente, destacou-se por oscilações no nível de crescimento. Analisando a evolução das taxas de crescimento observadas para Moçambique, desde 1900 até 1970, deve-se destacar a queda verificada na taxa de crescimento da população no período 1910-1920 (1,4%) em relação à de 1900-1910 (2,1%). Este declínio na taxa de crescimento deve-se, na opinião do HISTÓRIA... (1993, p.8), "à ocupação

militar e à imposição do imposto de palhota, que, conjuntamente, causaram fugas maciças para as colônias vizinhas", além de ser também consequência da "emigração de milhares de moçambicanos para o mercado de trabalho na África do Sul, Rodésia do Sul e São Tomé e, ainda, das epidemias, fomes e do recrutamento militar para as campanhas no norte do país que, durante a Primeira Guerra Mundial, causaram milhares de mortes". - Note-se que o aumento relativo ao efetivo populacional, entre 1910 e 1920, foi de apenas 15%, contra o de 23% registado na década anterior.

Tabela 3.1  
MOÇAMBIQUE - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL  
1900-1970

Ano	População Total (em mil habitantes)	Taxas Médias de Crescimento anual observadas (%)
1900	2.366	---
1910	2.908	2,1
1920	3.342	1,4
1930	3.996	1,8
1940	5.086	2,4
1950	5.739	1,2
1960	6.604	1,4
1970	8.169	2,1

Fonte: - IV PLANO... (1973, p. 3);  
- RECENSEAMENTOS... (1940 a 1970).

No período 1930-1940, a taxa de crescimento populacional observada (2,4%) apresentou notável recuperação, superando o nível alcançado no período 1900-1910, provavelmente

consequência de vários acontecimentos da década 30, relacionados com o reforço do colonialismo português em Moçambique, através da implantação do chamado "nacionalismo econômico". De 1930 a 1940 a população experimentou um aumento relativo de 27% . Entre os acontecimentos mais marcantes da década e que, sem dúvida, terão contribuído para a dinâmica demográfica do período, deve-se destacar: a) a redução da corrente de trabalhadores migrantes moçambicanos para África do Sul, onde a crise econômica mundial de 1928-1938 implicou na redução da demanda de mão-de-obra; b) a introdução de inovações tecnológicas na agricultura e o aumento da produtividade agrícola, em resposta à crise econômica mundial de 1928-1938; c) o aumento considerável da penetração administrativa na esfera de produção; d) a introdução, no sistema educacional de Moçambique, do "ensino rudimentar", obrigatório e destinado exclusivamente à população negra, e controlado diretamente pelo governo colonial, que, segundo HISTÓRIA... (1993, p. 46), tinha o objetivo de "civilizar e nacionalizar os indígenas, difundindo entre eles a língua e os costumes portugueses", tornando-os "mais úteis à sociedade e a si próprios"; e, finalmente, e) o início de um desenvolvimento real dos serviços de saúde e assistência sanitária no território, com a criação, em 1929, dos primeiros organismos especializados no estudo e tratamento de doenças tropicais, nomeadamente: o Serviço Anti-Sezonático, a Missão para Estudo e Combate à Doença do Sono, e



a Escola Técnica para treino do pessoal de enfermagem e de outro pessoal técnico (SPENCE, 1965).

Os melhoramentos verificados, principalmente na área social, com a extensão dos serviços da educação e de saúde para a população negra, em particular nas regiões rurais, devem ter tido um impacto significativo na redução da mortalidade geral e, por conseguinte, contribuído para um notável aumento no tamanho da população do período considerado. Por outro lado, o declínio nas taxas de migração de trabalhadores moçambicanos, principalmente para África do Sul, deve ter tido um efeito positivo na dinâmica demográfica do período, incentivando, por exemplo, a ascensão da fecundidade, pois todo processo de emigração massiva de trabalhadores moçambicanos, ao longo da história, "não só enfraqueceu a capacidade produtiva rural como também, do ponto de vista demográfico, implicou no adiamento das uniões consensuais, na separação temporária das uniões já formadas e na inevitável redução da capacidade reprodutiva" (GASPAR, 1989, p. 27).

O período de 1940-1950 indica um crescimento bem mais baixo da população moçambicana. O aumento relativo da população, neste período, foi de apenas 13%, representando, assim, menos que a metade do aumento registrado na década anterior. Embora as causas desta queda na taxa anual de crescimento (para 1,2%) não estejam devidamente documentadas, supõe-se que as más condições de trabalho e de vida impostas à população indígena, em particular aos camponeses, pelo regime

colonial, no período após a Segunda Guerra Mundial (ou no período do apogeu do colonialismo português), através de uma generalização de trabalho forçado nas zonas rurais, sejam a origem dessas causas. Argumenta-se que o trabalho forçado e a imposição da produção das chamadas "culturas forçadas" ou "obrigatórias", principalmente a de algodão, neste período, levavam a que uma grande parte do tempo e da capacidade de trabalho dos camponeses fosse absorvida nas empresas e administração coloniais que, em contrapartida, não contribuíam para os custos sociais da família camponesa.

Além disso, admite-se ainda que a intensificação das culturas forçadas, provocando degradação e erosão de grandes extensões de solos, e a retirada da força de trabalho masculina para as plantações e outras obras, tenham afetado negativamente a capacidade de o campesinato garantir a sua própria subsistência, causando assim a redução da variedade de alimentos básicos disponíveis nas zonas rurais e o surgimento da subnutrição, no período após 1945. Acredita-se que, nesse período, a subnutrição tenha causado anemias que afetaram largamente a população. Segundo HISTÓRIA... (1993), existem informações que indicam que a deficiência da qualidade alimentar, no período em causa, contribuiu significativamente para a queda da taxa de natalidade e aumento da taxa de mortalidade infantil, nas zonas rurais, o que, sem dúvida, repercutiu no crescimento da população.

Outro fato, que também deve ter concorrido para o declínio na taxa de crescimento populacional é o das constantes migrações definitivas de famílias para os territórios vizinhos, fugindo da imposição do trabalho forçado. Com relação a isso, HISTÓRIA... (1993, p. 157) afirma que "a degradação das condições de vida em grande parte das zonas rurais de Moçambique contribuiu para a intensificação da migração, que levou dezenas de milhares de moçambicanos ao trabalho temporário, ou residência permanente, nos territórios vizinhos...", onde existiam "equilíbrio entre condições de trabalho e o poder de compra de salários", além da "maior liberdade de escolha de trabalho". As péssimas condições de trabalho e subsistência, entre as décadas de 40 e 50, causaram, na região norte de Moçambique, uma migração contínua para Tanzânia. Calcula-se que, no fim da década de 50, cerca de 20.000 moçambicanos estavam trabalhando neste território. Por outro lado, as mudanças sócio-econômicas ocorridas nos principais centros de desenvolvimento capitalista da África Austral (África do Sul e Rodésia do Sul), após a Segunda Guerra Mundial, tiveram, com certeza, um efeito no comportamento demográfico de Moçambique, nesse período, pois, a partir de 1945, a África do Sul e a Rodésia do Sul presenciaram uma grave crise de mão-de-obra, que teria incentivado a intensificação da migração de trabalhadores moçambicanos para esses territórios, causando, em contrapartida, ruptura no ritmo de crescimento da população moçambicana, por razões já citadas anteriormente. No

que se refere aos migrantes moçambicanos na África do Sul e na Rodésia do Sul, HISTÓRIA... (1993) estima que o número de moçambicanos em busca de trabalho, nas minas da África do Sul, era de aproximadamente 78.000 e 96.000 pessoas, em 1945 e 1960, respectivamente; e o número total de moçambicanos no território sul-africano ultrapassava os 200.000, em 1960. Na Rodésia do Sul, o número de migrantes legais moçambicanos era de aproximadamente 103.000 e 117.000 pessoas, em 1946 e 1956, respectivamente.

A Tabela 3.1 mostra ainda que, a partir da década de 50, a população moçambicana experimentou um nível de crescimento ascendente, tendo alcançado uma taxa de crescimento anual de 2,1% na década de 60. A população aumentou em 15%, de 1950 a 1960, e em 25%, de 1960 a 1970. Entre as causas que, provavelmente, terão contribuído para esta retomada do crescimento populacional, deve-se destacar, sem dúvida, a chamada "política da fixação de colonos" no território, iniciada na década de 50.

Trata-se de uma política que visava o fomento da produção e do povoamento na colônia, o que incluía a instalação de infraestruturas produtivas. Estima-se que, entre 1951 e 1960, mais de 13.000 colonos fixaram-se em Moçambique, e a maior taxa de crescimento anual de colonos registou-se na década de 50. Mais do que ter contribuído para o aumento do efetivo populacional do período, o processo da fixação de colonos incentivou, em parte, algumas mudanças positivas na estrutura

sócio-econômica do território. Em conexão com esse processo, o governo colonial, segundo HISTÓRIA... (1993), fez alguns investimentos em obras sociais (educação, saúde, etc.) e infraestruturas locais (ferrovias, estradas, instalações hidroelétricas e apetrechamento de portos). Além disso, surgiram, ainda neste período (década de 50), várias indústrias locais, como a de cimento (que foi essencial na expansão da construção urbana), vestuário, fiação e tecelagem.

Em suma, registou-se uma expansão industrial e comercial aliada à fixação de colonos e, por conseguinte, um aumento de construções habitacionais e industriais, e de serviços, particularmente, em Lourenço Marques e Beira. De 1955 a 1960 houve ascensão da produção industrial para o mercado interno. Em consequência do desenvolvimento da economia colonial, cresceu, consideravelmente, a força de trabalho assalariado. Portanto, apesar da sua pouca abrangência, as mudanças na estrutura sócio-econômica de Moçambique, verificadas a partir da década de 50, devem ter tido um efeito não desprezível nos incentivos para o crescimento populacional do período. Neste ponto, merecem destaque especial os avanços realizados na área social, principalmente através da expansão da rede dos serviços de saúde pelo território: delegacias de saúde, maternidades e postos sanitários ou de socorros para o tratamento da lepra, tuberculose, bilharziose e outras doenças (SPENCE, 1965). Por outro lado, o rompimento do acordo laboral com a Rodésia do Sul, nos finais da década de 50, deve ter sido mais um fator de

influência no ritmo de crescimento populacional na década de 60.

O ritmo do crescimento da população moçambicana ao longo das últimas décadas da administração colonial foi acompanhado de uma intensa redistribuição territorial dessa população. Apesar das oscilações nas taxas de crescimento da população, constatadas nas primeiras cinco décadas deste século, a densidade demográfica do território como um todo foi crescendo consideravelmente, tendo passado de aproximadamente 3 habitantes por km<sup>2</sup>, em 1900, para 10,2 habitantes por km<sup>2</sup>, em 1970. As densidades demográficas apresentadas na Tabela 3.2<sup>1</sup> indicam que a população não teve uma distribuição uniforme pelo território, ao longo do período considerado. A maior concentração da população ocorreu, em geral, nas regiões situadas no litoral, por ter sido alí onde surgiram os primeiros e os mais importantes núcleos urbanos.

Na Tabela 3.3 apresenta-se a distribuição proporcional da população do país entre as macro-regiões (as principais subdivisões político-administrativas), para o período 1900-1970, como outra alternativa para uma análise comparativa das tendências regionais da evolução da população.

---

<sup>1</sup> As densidades demográficas foram calculadas com base na atual extensão territorial.

Tabela 3.2  
MOÇAMBIQUE - DENSIDADE DEMOGRÁFICA SEGUNDO AS MACRO-REGIÕES  
1900-1970

Macro-regiões	Habitantes por Km²							
	1900	1910	1920	1930	1940	1950	1960	1970
Niassa				1,3	1,7	2,0	2,2	2,2
C. Delgado	1,1	1,3	1,5					
Nampula	8,2	10,1	11,6	4,8	5,8	6,0	6,6	6,6
Zambézia	5,1	6,3	7,2	8,7	9,6	11,1	13,0	16,6
Tete	2,2	2,7	3,0	3,1	4,1	4,4	4,7	4,9
M. e Sofala	1,6	1,9	2,2	2,8	3,6	4,7	6,0	8,3
Inhambane	2,7	3,3	3,7	4,9	7,0	8,3	8,5	10,9
Gaza				4,8	7,4	7,7	8,2	10,0
L. Marques	3,2	3,9	4,5					
				6,8	9,2	11,3	19,0	30,3
MOÇAMBIQUE	3,0	3,6	4,2	5,0	6,4	7,2	8,3	10,2

Tabela 3.3  
MOÇAMBIQUE - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO POR  
MACRO-REGIÕES, 1900-1970

Macro-regiões	Percentagem da População							
	1900	1910	1920	1930	1940	1950	1960	1970
Niassa				4,2	4,4	4,5	4,3	3,5
Cabo Delgado	9,8	9,8	9,8					
Nampula	28,3	28,3	28,3	10,0	9,5	8,6	8,3	6,7
Zambézia	22,7	22,7	22,7	22,7	19,8	20,3	20,7	21,4
Tete	9,2	9,2	9,2	7,9	8,1	7,6	7,1	6,0
Manica e Sofala	8,6	8,6	8,6	9,0	9,1	10,6	11,8	13,2
Inhambane	7,7	7,7	7,7	8,5	9,4	10,0	8,8	9,2
Gaza				9,1	11,0	10,2	9,4	9,2
Lour. Marques	13,7	13,7	13,7					
				4,5	4,8	5,2	7,6	9,8
MOÇAMBIQUE	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: - IV PLANO... (1973, p. 4);  
- RECENSEAMENTOS... (1940 a 1970).

O perfil da distribuição populacional sofreu algumas alterações no período 1900-1970. Em termos de densidade demográfica, segundo a Tabela 3.2, os extremos constatados, até 1950, foram para as macro-regiões do Niassa e Nampula, que apresentaram, nesse ano, uma densidade populacional de 2 e 16,1 habitantes por km<sup>2</sup>, respectivamente. Já em 1960, a macro-região de Nampula perde a sua liderança para a de Lourenço Marques, que, com 6,8 habitantes por km<sup>2</sup>, em 1930, passou a exibir uma densidade populacional de 19 habitantes por km<sup>2</sup>; e a macro-região do Niassa, com 2,2 habitantes por Km<sup>2</sup>, continuou representando o extremo mínimo. Esta macro-região, apesar de ser a maior em superfície (vide Tabela 2.1), representou, até 1970, apenas cerca de 4% da população do país. Em geral, as macro-regiões de Nampula e Zambézia foram as que, ao longo do período, apresentaram proporções mais elevadas no total da população do país (vide Tabela 3.3). As duas macro-regiões, que juntas ocupam mais de 1/5 da superfície total do país, detinham, de 1900 a 1920, um pouco mais de 50% da população do país. Essa proporção caiu para 42,4%, em 1970, conforme a Tabela 3.3. Em contrapartida, a participação da macro-região de Lourenço Marques na população total do país subiu significativamente de 4,5% em 1930 para 9,8% em 1970. Também a macro-região de Manica e Sofala incrementou a sua participação na população total, ao subir de 8,6%, em 1920, para 13,2%, em 1970.



É importante salientar a rápida concentração populacional na macro-região de Lourenço Marques, onde a variação de 345% na densidade demográfica, no período 1930-1970, foi a maior entre todas as macro-regiões, o que revela a tendência de adensamento da população nesta macro-região. Essa tendência, que continuou depois de 1970, foi cativada pela concentração na macro-região de Lourenço Marques das atividades econômicas de caráter urbano do país, o que levou a que ela se convertesse em pólo de atração de migrantes oriundos de outras macro-regiões. Sendo assim, os efeitos direto e indireto da migração levaram à manutenção de altas taxas de crescimento nessa macro-região. Outra macro-região que mostrou, em segundo lugar, indícios de adensamento populacional foi a de Manica e Sofala, que, no período 1930-1970, teve uma variação de 196% na densidade demográfica. Esta macro-região foi, na época colonial, o segundo pólo de concentração das atividades econômicas de caráter urbano do país e, conseqüentemente, de atração de migrantes. Outras macro-regiões que apresentaram grandes variações percentuais nas densidades demográficas, no período 1930-1970, foram as de Inhambane e Gaza, com 122% e 108%, respectivamente.

Uma análise da variação da participação relativa das macro-regiões na população total do país, entre os censos de 1940 e 1970, segundo a Tabela 3.3, revela que houve macro-regiões que tiveram aumento na sua participação, com a conseqüente redução em outras. Os aumentos foram observados nas

macro-regiões de Lourenço Marques (em 104%), Manica e Sofala (em 45%), e Zambézia (em 8%). Em relação às constatações aqui feitas, deve-se salientar que GASPAR (1989, p. 27), ao analisar a evolução da população moçambicana em nível macro-regional, para o período 1940-1970, admitiu a existência de três modalidades da evolução: a) "evolução acelerada" (nas macro-regiões de Lourenço Marques, Manica e Sofala, e Zambézia; b) "evolução moderada" (nas macro-regiões de Inhambane, Nampula e Gaza); e c) "evolução lenta" (nas macro-regiões de Cabo Delgado, Niassa e Tete). Segundo Gaspar, a evolução acelerada da população nas macro-regiões de Lourenço Marques, Manica-Sofala e Zambézia deve ser atribuída, principalmente, ao rápido crescimento populacional das capitais dessas regiões. A evolução lenta da população nas macro-regiões de Cabo Delgado, Niassa e Tete deve estar relacionado com os efeitos da guerra colonial, que, durante a década de 60 e a primeira metade da de 70, afetou seriamente o norte de Moçambique, provocando fugas e mobilidade da população para os países vizinhos, e dificultando a cobertura censitária dessas regiões, em particular, no censo demográfico de 1970. Provavelmente, isto deve ter levado à subenumeração dos dados e à distorção da real tendência da evolução da população daquelas regiões.

Em conclusão, pode-se afirmar que a repartição do efetivo humano em Moçambique, durante a colonização, acompanhou, em suas linhas mais gerais e em termos de densidade de produção,



a trajetória histórica da ocupação do território e da repartição das atividades económicas.

Na seção que se segue, tentar-se-á descrever, de uma maneira geral, as tendências observadas no padrão da distribuição da população após a independência de Moçambique, com base nos dados do Recenseamento Geral da população de 1980 e nas estimativas do Inquérito Demográfico Nacional de 1991.

11/3/99

### X 3.3 Tendências da Redistribuição Espacial da População Após a Independência Nacional

Na seção anterior constatou-se que, a partir da década de 50, a população moçambicana vem experimentando taxas de crescimento cada vez mais ascendentes. A taxa média anual de crescimento observada no último período intercensal colonial (1960-1970) foi de 2,1%. O ritmo acelerado de crescimento populacional continuou no período pós-independência, e foi reconfirmado no 1º Recenseamento Geral da População de 1980.

No censo demográfico de 1970, o número total da população observada foi de 8.168.933 habitantes. Esse número subiu para 11.673.725 habitantes no censo de 1980, o que significa um aumento absoluto de 3.504.792 habitantes. A taxa média de crescimento anual da população, no período 1970-1980, foi de 3,6% (71% mais elevada que a observada na década anterior). Esta taxa, embora retrate a tendência real de crescimento

acelerado da população, apresenta-se sobrestimada, pois, como se referiu na seção anterior, o Censo Demográfico de 1970 teve uma cobertura limitada, em particular nas províncias da região norte do País, devido à guerra de libertação nacional, o que deve ter levado à subenumeração da população nesse ano. Ao contrário, o Censo Demográfico de 1980 teve uma cobertura nacional bastante melhor. Portanto, a aparentemente elevada taxa de crescimento, no período 1970-1980, deve-se, provavelmente, à melhoria na cobertura censal, e não totalmente ao aumento absoluto do número da população entre os dois períodos censais. Se houve um aumento real na taxa de crescimento da população, esse aumento deve ter sido pequeno e resultado da queda acelerada da mortalidade infanto-juvenil observada no período pós-independência.

✓ Dentre as principais causas que levaram à queda da mortalidade infanto-juvenil e, também, da mortalidade em geral, Gaspar (1989) destaca a socialização da medicina, a criação do Sistema Nacional de Saúde e de prestação de serviços, a hospitalização, a medicação e as consultas médicas gratuitas. Ele acrescenta ainda os programas e políticas de saúde executados a partir da segunda metade da década de 70, como a Campanha Nacional de Vacinação, os programas anuais de combate às doenças infecciosas, os programas de saúde materno-infantil e de formação de pessoal especializado. Por outro lado, alguns estudos sobre as tendências da fecundidade no País, como o de Gaspar (1989) e DNE (1993), provam que, de 1970 a 1980, o nível

de fecundidade foi ascendente, o que deve ter contribuído também para uma elevada taxa de crescimento da população, no período.

Entretanto, a população projetada para 1991, com base nos dados censais de 1980 e nas informações atualizadas do Inquérito Demográfico Nacional de 1991, foi de 14.419.873 habitantes. A estimativa da taxa média de crescimento anual da população, para o período 1980-1991, é de 1,9% (47% mais baixa que a observada no período anterior). Mais uma vez, deve-se prestar atenção na interpretação desta taxa, já que a projeção da população envolve uma série de pressupostos em relação ao comportamento dos componentes demográficos - fecundidade, mortalidade e migração - responsáveis pela evolução do ritmo de crescimento da população. Mas, acredita-se que a população moçambicana tenha sofrido um retardamento no ritmo do seu crescimento, no período 1980-1991, dada a intensificação da guerra civil que caracterizou esse período e que, consequentemente, vitimou milhares de moçambicanos e colocou outros tantos na condição de deslocados ou refugiados, além de ter feito piorar as condições de vida da maioria da população. ✓

Quanto às mudanças na estrutura espacial da população, no período pós-independência, deve-se destacar a ocorrência de dois processos: um, vinculado ao espaço rural, e outro, ao espaço urbano.

Após a independência do país assistiu-se a um processo de socialização do campo, o que implicou numa redistribuição da

população rural. A socialização do campo consistiu na criação e desenvolvimento de formas de produção coletiva, que incentivaram o agrupamento da população e romperam com a forma de povoamento disperso. Com isso, surgiram novas unidades produtivas e novas formas de distribuição da população rural, que foram designadas por "aldeias comunais". Segundo ARAÚJO (1991), a nova organização territorial da população rural tinha os seguintes objetivos: garantir um desenvolvimento mais correto e eficaz da agricultura, criar condições para um melhor e mais natural acesso dos camponeses aos serviços essenciais (saúde, educação, água potável, etc.) e gerar oportunidades que fixassem mão-de-obra no campo, de forma a reduzir os grandes fluxos migratórios em direção às cidades.

O ritmo da expansão das aldeias comunais e do seu impacto na distribuição geográfica da população rural foi mais acentuado nos primeiros anos da década de 80. Segundo as estimativas de ARAÚJO (1991), entre 1978 e 1983 o número de aldeias comunais, no território, subiu de 857 para 1.362, representando um aumento de 59%; o número de pessoas nelas residentes subiu de 1.158.000 para 2.202.756, ou seja, de 12% para 20% da população rural do país; e o número médio de pessoas por aldeia, em todo território, passou de 1.351 para 1.617.

Em termos de distribuição territorial das aldeias comunais, a sua maior concentração, em 1983, registou-se nas macro-regiões (províncias) de Cabo Delgado (com 40%), Nampula

(com 19%), Gaza (com 9%) e Manica (com 8%). A menor concentração de aldeias comunais foi observada nas macro-regiões da Zambézia (com 3%), Tete (com 3%), Inhambane (com 3,5%), Maputo (com 3,5%), Niassa (com 5%) e Sofala (com 6%). Em 1983, algumas macro-regiões já tinham mais que a metade da sua população rural residindo em aldeias comunais; é o caso de Cabo Delgado (com 87,3%) e Gaza (com 50,9%). Percentagens intermediárias da população rural residindo em aldeias comunais foram registadas nas macro-regiões do Niassa (com 32%), Manica (com 25,4%), Tete (com 17,3%) e Sofala (com 12,6%). Proporções menores da população rural em aldeias comunais foram observadas nas macro-regiões da Zambézia (2%), Nampula (7%), Inhambane (7%) e Maputo (8,5%).

Os dados aqui apresentados refletem certas disparidades regionais na implementação da nova organização territorial da população rural. O desenvolvimento do sistema de povoamento em aldeias comunais variou de província para província, por razões essencialmente ligadas a fatores conjunturais, pois, em várias províncias, o fator dinamizador do surgimento de aldeias comunais foi a necessidade de segurança perante à situação de guerra que se vivia no território; em outras províncias, as aldeias comunais tiveram origem nas calamidades naturais. De acordo com ARAÚJO (1991), alguns exemplos da influência de fatores conjunturais (como guerra e calamidades naturais) na formação e desenvolvimento do sistema de povoamento em aldeias comunais são dados pelas províncias de Gaza - onde as grandes

inundações do rio Limpopo, em 1976, foram o principal impulsionador do processo de construção de aldeias comunais - e de Inhambane - onde a guerra e a seca prolongada levaram os camponeses a aceitar a concentração em aldeias comunais.

No contexto atual, em que a situação de guerra - a responsável pela criação e crescimento da maioria das aldeias comunais - encontra-se ultrapassada, acredita-se que a nova forma de povoamento rural está passando por uma fase de reversão e que a população rural está voltando para a forma anterior de povoamento disperso e irregular, apesar de não se dispôr de números que confirmem essa situação.

Entretanto, enquanto assistia-se a uma tentativa de concentrar a população rural em aldeias comunais, registava-se, por outro lado, um fenômeno de migração massiva da população do campo para a cidade, o que impulsionou um crescimento descontrolado da população em áreas urbanas no período pós-independência, conforme indica a Tabela 3.4.



Tabela 3.4  
MOÇAMBIQUE - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO POR ÁREA RESIDENCIAL  
1960-1991

ANO	ÁREA URBANA			ÁREA RURAL		
	Valores abso- lutos*	% na Po- pulação total	Taxa anual de cres- cimento (%)	Valores abso- lutos	% na Po- pulação total	Taxa anual de cres- cimento (%)
1960	534.928	8,1	---	6.068.725	91,9	---
1970	691.444	8,5	2,6	7.477.489	91,5	2,1
1980	1.539.119	13,2	8,3	10.134.606	86,8	3,1
1991**	2.966.017	20,6	6,1	11.453.856	79,4	1,1

Fonte: - RECENSEAMENTOS... (1960 e 1970);  
- RECENSEAMENTO... (1980).

- (\*) Considerou-se "população urbana" somente aquela que residia
- nas sedes distritais (atuais províncias), em 1960 e 1970;
  - nas capitais provinciais e nas cidades de Chókwè e Nacala, em 1980; e
  - nas 23 cidades do país, em 1991.

- (\*\*) A informação sobre população total em 1991 provém de "PROJECCÕES anuais da população total: 1980-2030. (Série inquérito demográfico nacional; 2)".

A Tabela 3.4 mostra que a população urbana moçambicana atingiu a sua taxa mais alta de crescimento na década de 70, consequência provável da ocupação massiva das cidades pela população do interior, na segunda metade da década de 70, logo após a independência do território, motivada principalmente pelo abandono do parque imobiliário urbano por parte dos seus proprietários portugueses. Ao contrário da população urbana, a população rural tem crescido a taxas relativamente baixas. Para

✓ o período 1980-1991 foi estimada uma taxa média de crescimento anual da população rural de 1,1% (contra a de 6,1% da população urbana). Isto deve-se atribuir às migrações rurais-urbanas, causadas pela guerra civil, e que foram muito acentuadas na década de 80, período em que se agudizou o conflito armado.

Embora tenha-se verificado um crescimento acentuado da população urbana entre 1970 e 1980, acredita-se que a taxa de crescimento estimada para esse período esteja sobrestimada, por razões de incompatibilidade nos critérios de definição de população urbana entre os censos de 1970 e 1980, pois, no Censo Demográfico de 1970, considerou-se população urbana todo aglomerado populacional com mais de 2.000 habitantes, residindo em habitações de caráter permanente. O aglomerado populacional fora desta condição foi considerado rural, ainda que estivesse localizado no perímetro urbano. "Já no censo de 80, foram classificados na categoria de população urbana aqueles que residiam nas 12 principais cidades do país, independentemente do tipo de material de construção da habitação" (Gaspar, 1989, p.34). Dados os critérios diferentes quanto à população rural adotada nos dois censos, pode-se afirmar que o crescimento da população urbana entre 1970 e 1980 está sobrestimado. Por outro lado, a crescente percentagem da população urbana na população total, em detrimento da rural, está influenciada pela

reclassificação<sup>2</sup> das unidades espaciais urbanas, que ocorreu depois do censo demográfico de 1970.

Em termos de distribuição territorial da população urbana, deve-se salientar que ela esteve sempre concentrada em três principais cidades: Maputo (capital do país), Beira e Nampula (capitais das províncias de Sofala e Nampula, respectivamente). Elas, juntas, reuniam cerca de 92% da população urbana do País em 1970, e 71,4% em 1980. Segundo a enumeração da população e agregados familiares das cidades e alguns distritos e postos administrativos de Moçambique, levado a cabo pela Unidade de População e Planificação em junho de 1991, as três cidades concentravam, nesse ano, 47% da população urbana total. Como se pode observar, a participação das três principais cidades na população urbana do país foi decrescendo a partir do Censo Demográfico de 1980, em consequência do crescimento e da reclassificação de outros centros urbanos.

De um modo geral, o padrão da distribuição territorial da população observado até o censo demográfico de 1970 (o último colonial), prevaleceu no censo de 1980 (o primeiro de Moçambique independente). Na Tabela 3.5 pode-se observar que as macro-regiões (ou províncias) de Nampula e Zambézia reconfirmaram a sua supremacia sobre o total da população, embora a proporção da sua participação tenha decrescido de

---

<sup>2</sup> Desde o último censo demográfico colonial de 1970, houve grandes mudanças em número e dimensão das cidades. Até o censo de 1970 existiam apenas 10 cidades em Moçambique. Esse número subiu para 12, no censo de 1980; e, em 1991, avançou-se para um total de 23 cidades, como resultado da reclassificação dos assentamentos com características urbanas.

42,4% em 1970 para 39,9% em 1980. E, de acordo com as projeções da população, a proporção de 39,9% manteve-se em 1991.

No que se refere às outras macro-regiões, em termos de sua participação na população total do país, deve-se salientar que a macro-região de Maputo (ou seja, de ex-Lourenço Marques) coloca-se em terceiro lugar. A proporção da sua população no total do país aumentou de 9,8% em 1970 para 10,6% em 1980, e as projeções da população indicam uma proporção de 12,3% para 1991. É óbvio que as macro-regiões de Manica e Sofala, analisadas em conjunto - como se fez até 1970, quando constituíam uma única macro-região - revelam uma maior participação na população total que a macro-região de Maputo. Nisso, tem maior peso a macro-região de Sofala, já que a de Manica - com 5% em 1980 e 4,3% em 1991 - enquadra-se no grupo das macro-regiões com menor participação na população total do país, como é o caso de Niassa e Tete, que indicam quase a mesma tendência de 1970 (vide a Tabela 3.5).

No que se refere à densidade demográfica, as macro-regiões de Maputo, Nampula e Zambézia continuaram com as mais altas densidades demográficas do país, tanto em 1980 quanto em 1991. Entretanto, variações percentuais muito elevadas na densidade demográfica, no período 1970-1991, foram constatadas em Niassa (145%), Cabo Delgado (123%) e Maputo (122%). E para o período 1980-1991, a maior variação percentual na densidade demográfica foi observada na macro-região de Maputo (43%).

Tabela 3.5

MOÇAMBIQUE - DISTRIBUIÇÃO PROPORCIONAL DA POPULAÇÃO ENTRE  
AS MACRO-REGIÕES E DENSIDADE DEMOGRÁFICA, 1980-1991

MACRO- REGIÕES	Percentagem da População		Densidade Demográfica (habitantes / km <sup>2</sup> )	
	observada	estimada	observada	estimada
	1980	1991	1980	1991
Niassa	4,4	4,8	3,9	5,4
Cabo Delgado	7,7	8,4	10,9	14,7
Nampula	19,2	20,0	27,4	35,4
Zambézia	20,7	19,9	23,0	27,3
Tete	6,7	4,8	7,7	6,9
Manica*	5,0	4,3	9,5	10,0
Sofala*	8,5	9,0	14,6	19,0
Inhambane	8,8	8,7	14,9	18,2
Gaza	8,4	7,8	13,0	14,8
Maputo**	10,6	12,3	47,0	67,3
MOÇAMBIQUE	100,0	100,0	14,6	18,0

Fonte: - RECENSEAMENTO... (1980);  
- PROJEÇÕES... (1994).

(\*) Manica e Sofala constituíam, até 1970, uma única macro-região. A sua desagregação, em duas macro-regiões, ocorreu a partir do censo demográfico de 1980.

(\*\*) A macro-região de Maputo (ou de ex-Lourenço Marques) compreende a província mais a cidade de Maputo.

A história da evolução da população moçambicana, que se acaba de descrever neste capítulo, indica que esta população obedece, espacialmente, um padrão de distribuição determinado principalmente pelas circunstâncias históricas. Ao longo do tempo, as transformações políticas, sociais e econômicas, ocorridas no país, foram causando algumas mudanças nesse padrão de distribuição. Assistiu-se, nas últimas décadas, a um fenómeno de urbanização "forçada", cuja análise prossegue no próximo capítulo.

#### **4 (RE)DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO MOÇAMBICANA**

O objetivo deste capítulo é diagnosticar as tendências da distribuição espacial da população moçambicana nas últimas décadas. Devido à grande extensão do território e a diversidade de suas unidades espaciais, e, principalmente, às disparidades na sua classificação micro-regional entre os diferentes Censos Demográficos, a análise baseia-se fundamentalmente na divisão macro-regional do território.

A informação básica que se tem usado para se obter certas medidas-resumo de distribuição, em vários estudos de distribuição espacial da população, é a enumeração censal da população por subdivisões geográficas de um território (subdivisões político-administrativas ou outras unidades espaciais).

Uma das formas mais elementares de se estudar a distribuição espacial da população de um território consiste em analisar a quantidade de seus habitantes em cada uma das suas unidades espaciais. Para o estudo da distribuição da população pelo espaço pode-se recorrer também ao método cartográfico, que permite representar o retrato da população de um território através de mapas. Este método é usado no presente trabalho para visualizar o padrão da variação espacial da população entre as

unidades político-administrativas de Moçambique, no período 1940-1991.

Para que se tenha uma visão da escala diferenciada do fenómeno da distribuição espacial da população, são apresentados mapas segundo as macro-regiões (províncias), para todo o período de estudo, e mapas segundo as micro-regiões (distritos), apenas para 1960, 1970 e 1980, dadas as possibilidades de reajuste da população dos dois primeiros períodos à divisão político-administrativa de 1980<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> Ao longo do tempo registraram-se mudanças frequentes nos limites territoriais de alguns distritos (principalmente através de desmembramentos), o que dificulta, de certa maneira, análise temporal da evolução micro-regional da população. É daí que surge, para este trabalho, a necessidade de reajustar a população dos distritos de 1960 e 1970 aos distritos de 1980, retroprojetando a população de cada um dos distritos que resultaram de algum desmembramento, em 1980, para 1970, e de 1970 para 1960. Para tal, foi necessário calcular, em primeiro lugar, a taxa média de crescimento anual da população do conjunto das unidades de um desmembramento para os períodos 1970-1980 e 1960-1970, através da expressão:

$$r = (P_t/P_0)^{1/t} - 1$$

onde

$r$  é a taxa média de crescimento anual da população;

$P_t$  é a população do conjunto dos distritos de um desmembramento em 1980 ou 1970;

$P_0$  é a população do distrito ainda não desmembrado em 1970 ou 1960; e

$t$  representa o intervalo de tempo entre Censos.

Uma vez obtida a taxa média de crescimento anual da população, estimou-se a população, em 1970 ou 1960, para cada um dos distritos de um desmembramento ocorrido da década de 70 ou de 60, mediante a expressão:

$$P_0 = P_t \cdot (1+r)^{-t}$$

sendo que

$P_0$  é a população em 1970 ou 1960 em cada um dos distritos de um desmembramento ocorrido na década de 70 ou de 60;

$P_t$  é a população em 1980 ou 1970 em cada um dos distritos de um desmembramento;

$r$  é a taxa média de crescimento anual da população; e

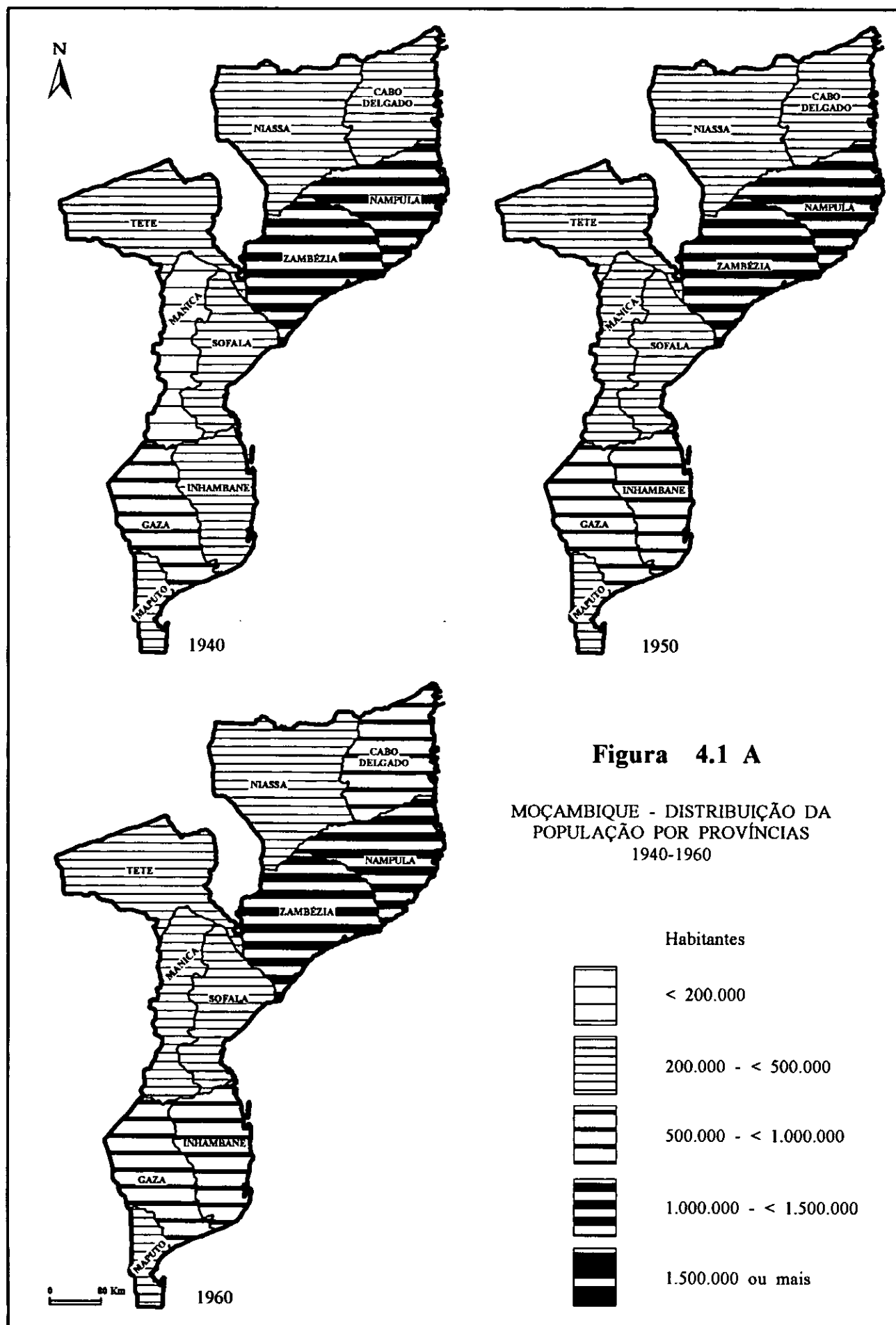
$t$  representa o intervalo de tempo entre Censos.

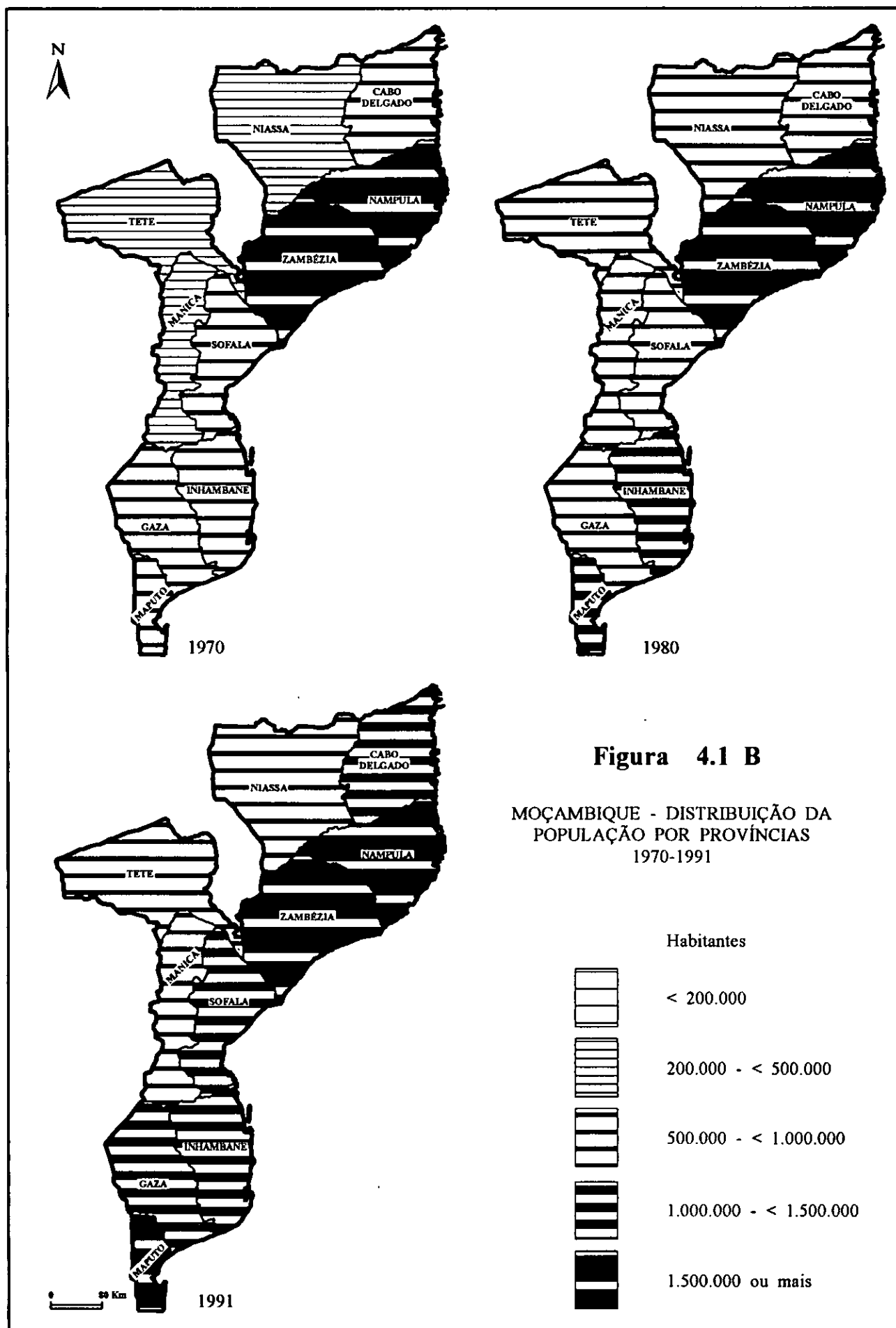
#### 4.1 Distribuição Interprovincial da População

As Figuras 4.1A e 4.1B apresentam mapas da distribuição espacial da população total por províncias, para o período 1940-1991. Através deles constata-se que os efetivos populacionais mais elevados do país estão localizados nas províncias de Nampula e Zambézia. A partir de 1970 a província de Maputo, a sexta colocada em 1960, passou a assumir o terceiro lugar dentre os aglomerados populacionais mais elevados do país, substituindo assim a de Gaza, que ocupava o lugar até o Censo de 1960. À semelhança de Maputo, a província de Sofala, que até 1960 ocupava o sétimo lugar, teve um aumento bastante significativo no seu efetivo populacional, tendo-se tornado a quarta mais populosa do país em 1991. Os efetivos populacionais mais baixos são observados nas províncias do Niassa e Manica. Em 1960 a província de Tete tornou-se a terceira com efetivo populacional mais baixo do país, em substituição à de Maputo, que ocupava a posição até o Censo de 1950.

Em termos gerais, no que se refere à liderança de efetivos populacionais, as províncias de Maputo e Sofala foram as que ganharam mais posições ao longo do período. Ao contrário, a província de Gaza foi a que perdeu mais lugares na liderança, sendo seguida pelas províncias de Tete e Cabo Delgado. As demais províncias mantiveram quase constantes as suas posições.







O ganho de posições na liderança de efetivos populacionais por parte das províncias de Maputo e Sofala é provável que se deva ao elevado crescimento populacional nestas regiões, já que nelas estão localizadas as duas maiores cidades do país (Maputo e Beira), que concentram grande parte de recursos produtivos e sociais do território nacional.

No sentido de precisar mais a informação exposta nas Figuras 4.1A e 4.1B apresentam-se, na Tabela 4.1, os números exatos da população total por províncias.

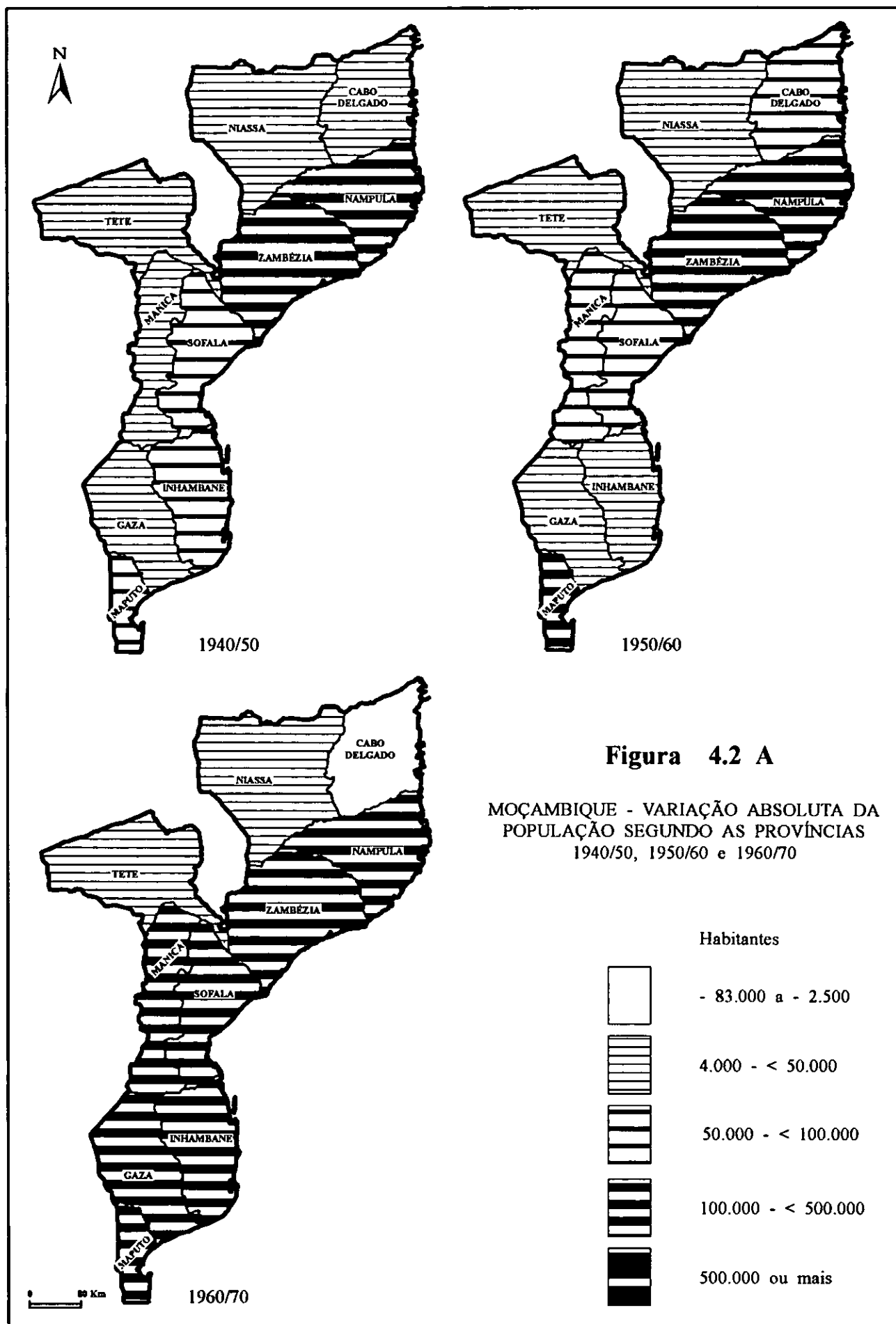
Tabela 4.1

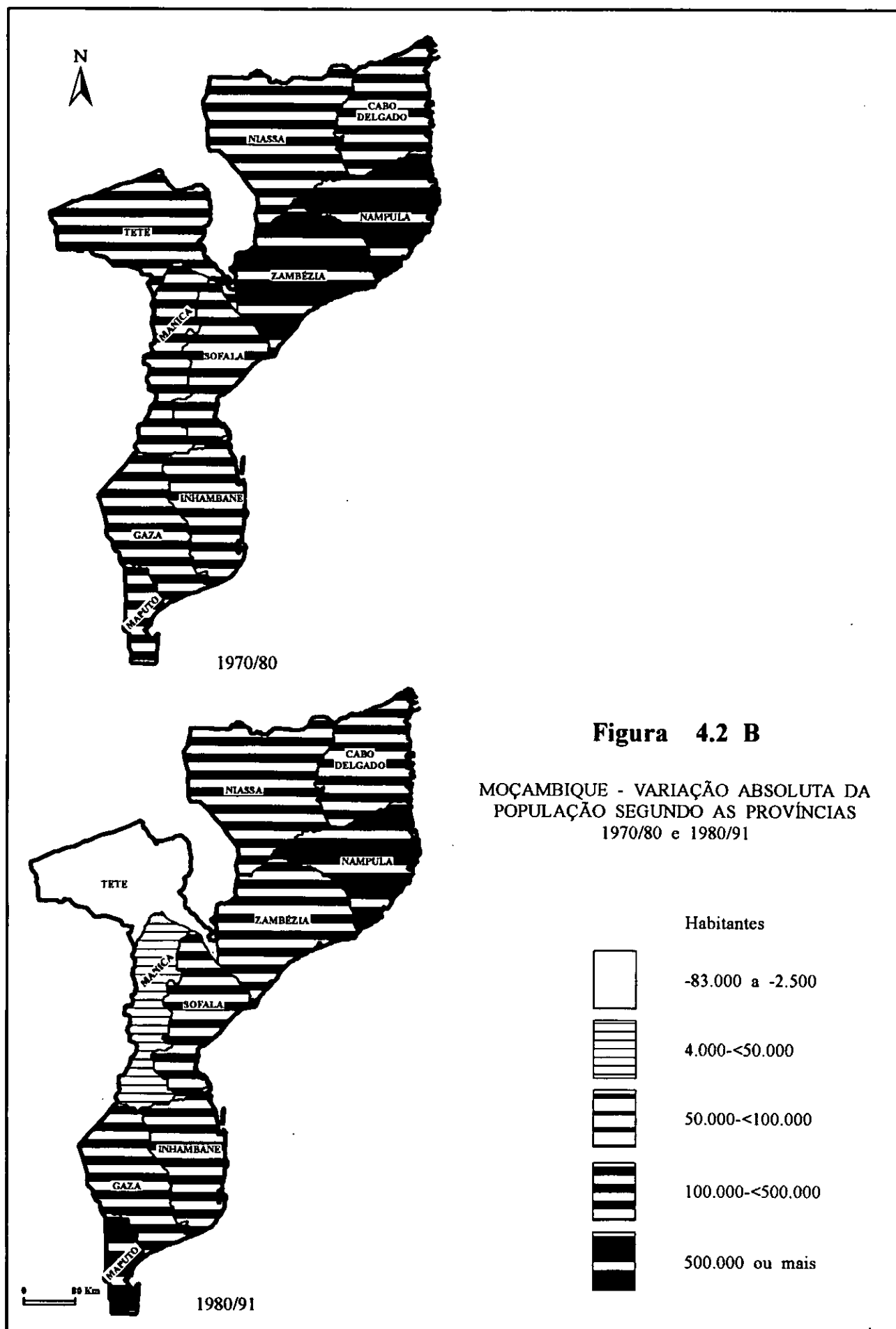
MOÇAMBIQUE - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR PROVÍNCIAS  
1940-1991

PROVÍNCIAS	POPULAÇÃO					
	1940	1950	1960	1970	1980	1991
Niassa	223371	260413	281083	285329	507816	693145
Cabo Delgado	483215	494974	548597	546113	900704	1213409
Nampula	1213121	1317631	1452395	1716486	2241745	2889549
Zambézia	1006365	1164359	1368731	1747888	2418851	2869630
Tete	412582	438678	471352	488668	780081	697709
Manica	178871	227656	300003	427255	587345	615295
Sofala	284073	382906	479764	652463	990732	1293209
Inhambane	480389	571625	583059	748575	1023879	1249124
Gaza	560771	582786	619140	756654	982603	1124109
Maputo	242872	297883	499529	799502	1239969	1774694
MOÇAMBIQUE	5085630	5738911	6603653	8168933	11673725	14419873

Fonte: - RECENSEAMENTOS... (1940 a 1970);  
 - RECENSEAMENTO... (1980);  
 - PROJECÇÕES... (1994)

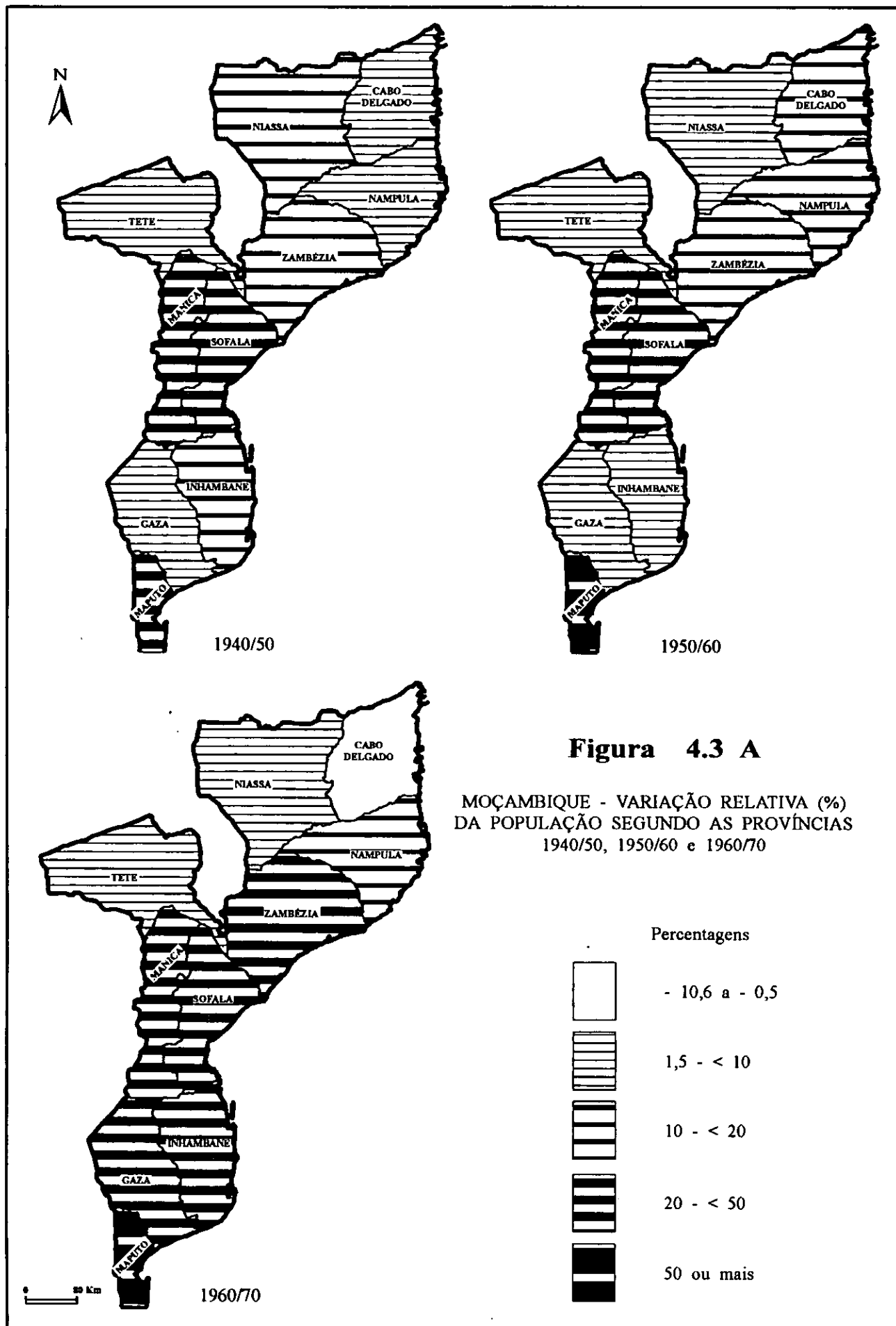
De um modo geral, as grandes variações intercensais absolutas da população (Figuras 4.2A e 4.2B) foram observadas nas províncias da Zambézia, Nampula e Maputo. A província de Tete apresentou em quase todos os períodos intercensais as mais baixas variações absolutas da população. As províncias restantes mostraram, ao longo do período, comportamento irregular nas variações intercensais absolutas da população. O período 1970-1980 foi caracterizado por elevados ganhos absolutos da população em todas as províncias. Destaque vai para as províncias fronteiriças de Cabo Delgado e Tete, que apresentaram perdas de população nos períodos 1960-1970 e 1980-1991, respectivamente. Deve-se salientar que na década de 60 a província de Cabo Delgado foi a primeira região do país a tornar-se palco de guerra colonial, o que deve ter causado provavelmente muitas emigrações para a província vizinha de Nampula e outras tantas para as regiões vizinhas da República da Tanzânia. Durante a década de 80 e princípios da de 90, a província de Tete foi uma das mais afetadas pela guerra civil, o que causou igualmente muitas emigrações para as províncias vizinhas e, principalmente, para os países vizinhos (Malawi, Zâmbia e Zimbábwè). Dos 1.607.000 refugiados moçambicanos no exterior, em outubro de 1992, 640.000 (cerca de 40%) eram da província de Tete (IMPLEMENTATION..., 1994).



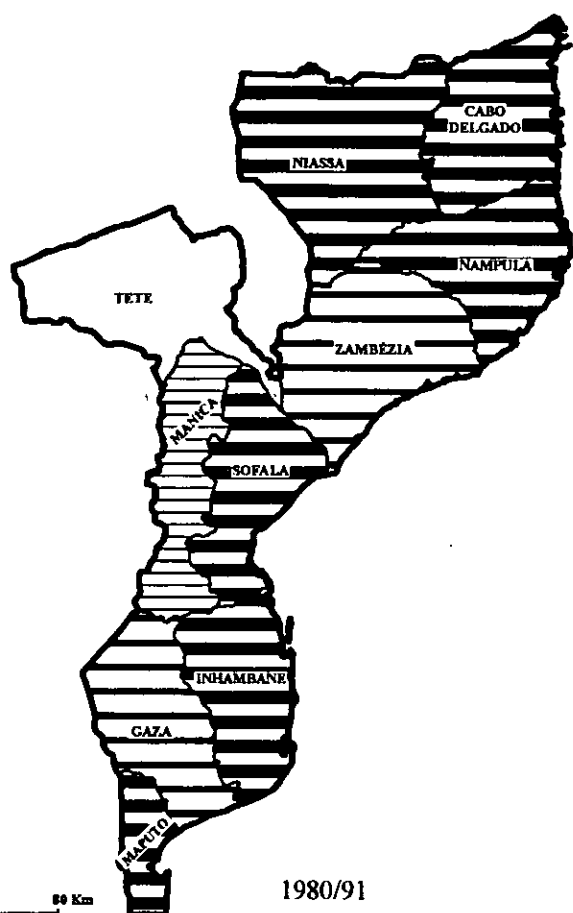


Quanto aos ganhos relativos da população entre os períodos intercensais (Figuras 4.3A e 4.3B), constata-se o seguinte: nos três primeiros períodos, as províncias de Maputo, Manica e Sofala foram as que tiveram relativamente ganhos populacionais mais elevados, destacando-se a liderança de Maputo nos períodos 1950/60 e 1960/70. A província que teve ganhos relativos mais baixos da população, em quase todos os períodos intercensais, foi a de Tete (exceto no período 1970/80). Todas as províncias foram caracterizadas por elevados ganhos relativos da população no período 1970-1980.

O que chama mais atenção na análise da variação intercensal relativa da população segundo as províncias é o comportamento das províncias fronteiriças de Cabo Delgado, Niassa e Tete, nos períodos 1960/70 e 1970/1980. As três apresentaram, no período 1960/70, as mais baixas variações relativas da população. Trata-se de províncias que foram completamente afetadas pela guerra colonial (iniciada em 1964). Durante a guerra, grande parte da população destas províncias havia emigrado para as províncias vizinhas mais tranquilas e, principalmente, para os países vizinhos (Zâmbia e Tanzânia). Já no período 1970/80, as três províncias se apresentam com os mais altos ganhos relativos da população, entre as outras províncias, superando até a província de Maputo, que liderava a posição nos períodos anteriores. Isto deve ser entendido como principalmente consequência da migração de retorno a estas províncias, que ocorreu após o cessar-fogo, nos meados de 1974.







**Figura 4.3 B**

MOÇAMBIQUE - VARIAÇÃO RELATIVA (%)  
DA POPULAÇÃO SEGUNDO AS PROVÍNCIAS  
1970/80 e 1980/91

Percentagens



- 10,6 a - 0,5

1,5 - < 10

10 - < 20

20 - < 50

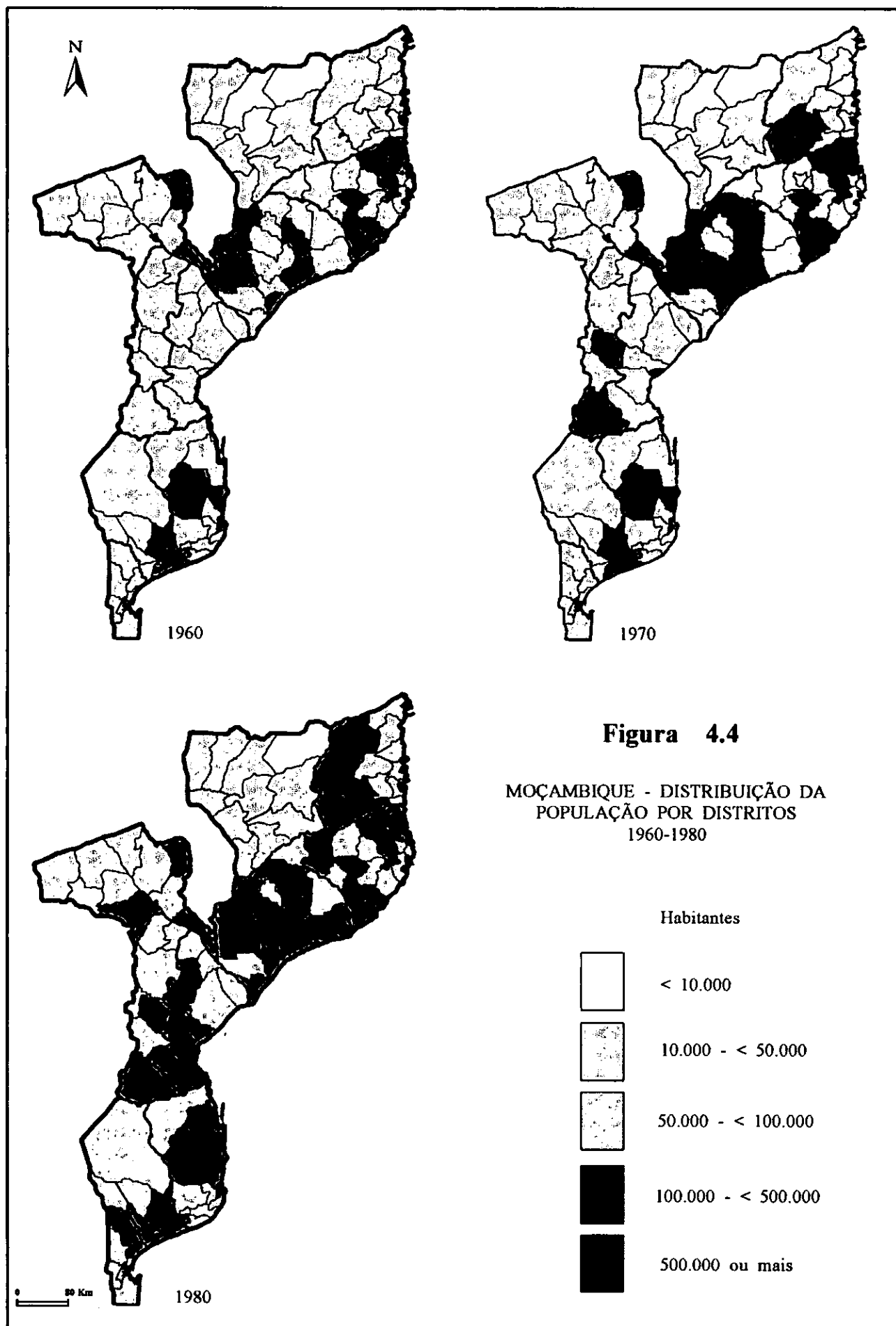
50 ou mais

Quanto à variação relativa da população no período 1980/91, a atenção vai, mais uma vez, para a província de Tete, que diminuiu sua população em 10,6%. Conforme a explicação dada anteriormente, esta província foi a que teve mais refugiados no exterior durante a guerra civil, que ocorreu ao longo de toda a década de 80 e terminou nos finais de 1992.

#### 4.2 Distribuição Interdistrital da População

Um diagnóstico da evolução dos efetivos populacionais em nível distrital para o período 1960-1980, na Figura 4.4, permite-nos constatar que, em 1960, os distritos mais populosos do país, com 100 mil habitantes ou mais, estavam concentrados nas províncias de Nampula (Eráti, Mogovolas, Moma, Angoche, Monapo, Memba, Nampula) e Zambézia (Quelimane, Ile, Maganja da Costa, Milange, Morrumbala). Também foram identificados distritos isolados com 100 mil habitantes ou mais nas províncias de Gaza (Chibuto, Manjacaze, Xai-Xai), Tete (Angónia, Mutarara), Inhambane (Massinga) e Maputo (Maputo). Os distritos menos populosos do país, com menos de 10 mil habitantes, em 1960, se encontravam nas províncias do Niassa (Mecula, Mavago, Majune), Tete (Chiúta, Mágoè) e Cabo Delgado (Ibo).

Em 1970 a província da Zambézia foi a que teve mais aumento no número de distritos com cem mil habitantes ou mais



(Ile, Quelimane, Milange, Morrumbala, Maganja da Costa, Namacurra, Mocuba, Alto Molócuê, Gurúe). A província de Nampula manteve o mesmo número de 1960 (Eráti, Mogovolas, Angoche, Moma, Monapo, Nampula, Memba). Poucas manchas de distritos mais populosos foram observadas nas províncias de Gaza (Chibuto, Manjacaze, Xai-Xai), Maputo (Maputo), Cabo Delgado (Montepuez, Namuno), Tete (Mutarara, Angónia), Manica (Chimoio, Mossurize), Sofala (Beira) e Inhambane (Massinga). Dentre os 5 distritos menos populosos do país, com menos de 10 mil habitantes, em 1970, 2 estavam localizados na província do Niassa (Mavago, Mecula), 2 na de Tete (Chiúta, Mágoê) e 1 na de Cabo Delgado (Ibo).

No Censo Demográfico de 1980 o número de distritos com 100 mil habitantes ou mais (que era de 19 em 1960 e 28 em 1970) subiu para 45 (representando 41,3% do total dos distritos do país). A província da Zambézia continuou possuindo o número mais elevado de distritos mais populosos do país (Milange, Ile, Quelimane, Maganja da Costa, Namacurra, Gurúe, Mocuba, Alto Molócuê, Chinde, Pebane, Morrumbala, Lugela), seguida pela província de Nampula (Eráti, Nampula, Mogovolas, Monapo, Angoche, Moma, Memba, Ribáue). Números não desprezíveis de distritos com 100 mil habitantes ou mais foram registrados nas províncias de Gaza (Chibuto, Manjacaze, Xai-Xai, Chókwê, Bilene), Sofala (Beira, Búzi, Dondo, Chibabava, Gorongosa) e Cabo Delgado (Namuno, Montepuez, Mueda, Chiúre). Também foram observadas manchas isoladas de distritos com 100 mil habitantes

ou mais nas províncias de Tete (Angónia, Mutarara, Moatize), Inhambane (Massinga, Vilanculos, Morrumbene), Maputo (Maputo, Manhiça, Magude) e Manica (Chimoio, Mossurize). Em 1980 foram registrados apenas 3 distritos com menos de 10 mil habitantes: 1 na província de Cabo Delgado (Ibo), 1 na do Niassa (Mecula) e 1 na de Tete (Mágoè).

Em suma, os distritos mais populosos do país estão concentrados nas região costeira e, principalmente, nas províncias da Zambézia e Nampula. Em 1960 havia 55 distritos com 50 mil habitantes ou mais (cerca 51% do total dos distritos do país), dos quais 49 estavam localizados nas províncias do litoral (sendo 27 para as províncias da Zambézia e Nampula). Ao contrário, os distritos do interior, e principalmente nas províncias do Niassa, Manica, Cabo Delgado e Tete, apresentaram, quase na sua totalidade, efetivos populacionais inferiores a 50 mil habitantes.

No Censo Demográfico de 1970 a tendência da distribuição dos efetivos populacionais por distritos continuou sendo a mesma de 1960. Dos 66 distritos com 50 mil habitantes ou mais, 60 pertenciam às províncias costeiras (sendo 32 para as de Nampula e Zambézia). Na sua maioria, os distritos do interior (particularmente nas províncias do Niassa, Cabo Delgado, Tete e Manica) continuaram apresentando efetivos populacionais inferiores a 50 mil habitantes.

Em 1980 foram registrados 84 distritos com 50 mil habitantes ou mais, dos quais apenas 14 pertenciam às

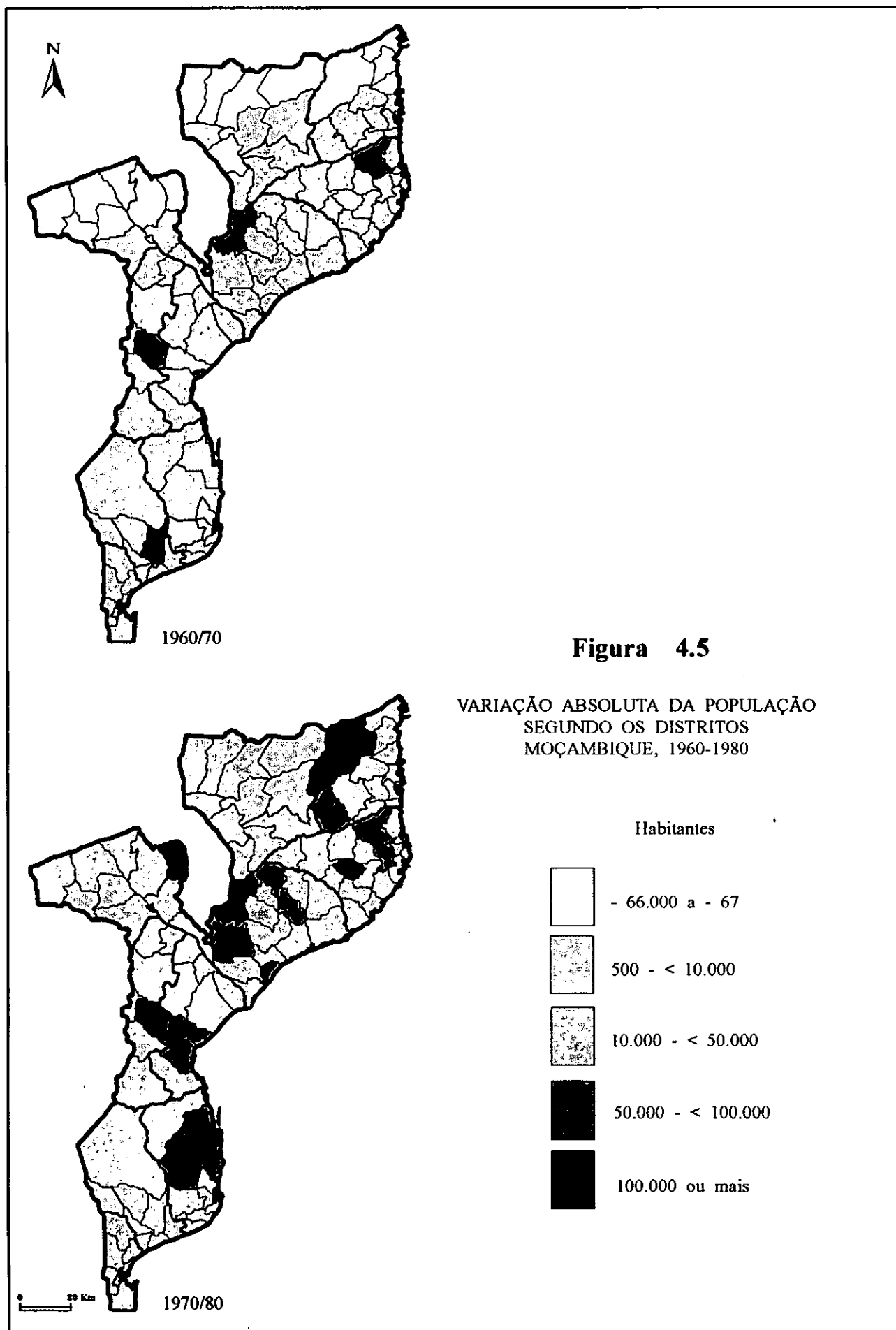
províncias do interior. Dentre os 70 localizados nas províncias litorâneas, 32 continuaram fazendo parte das províncias de Nampula e Zambézia. Um grande número dos distritos do interior, com mais incidência nas províncias do Niassa, Tete e Cabo Delgado, manteve efetivos populacionais inferiores a 50 mil habitantes.

Em nível distrital, o extremo máximo de efetivos populacionais, nos três Censos Demográficos, foi registrado no distrito (cidade) de Maputo (província de Maputo). O extremo mínimo foi para os distritos de Chiúta (1960-1970) e Ibo (1980), nas províncias de Tete e Cabo Delgado, respectivamente (vide Tabela 1 do Apêndice).

A maior concentração da população em grande parte dos distritos do litoral deve ser atribuída, na opinião de ARAÚJO (1988, p. 145), ao "maior desenvolvimento econômico que desde há muito caracteriza esta faixa do território". A concentração da população em determinados distritos do interior pode ser explicada, também, em função das atividades econômicas desenvolvidas nessas micro-regiões. É o caso dos distritos do interior da província da Zambézia (Ile, Milange, Gurúe, Alto Molócuè, Lugela, Namarrói), que, dada a sua importância nas atividades de extração mineral, das grandes plantações de chá e de próspera agricultura, constituem, segundo GASPAR (1989, p. 39), "verdadeiros formigueiros ou manchas humanas". O mesmo acontece com os distritos das terras férteis da província de Tete (Angónia, Mutarara) e do vale do Limpopo, na província de

Gaza (Chókwê, Chibuto). Outros distritos do interior que apresentam elevados efetivos populacionais são os que abrangem as capitais provinciais ou as cidades, por ser nestas onde se concentram as melhores infraestruturas sócio-econômicas, que constituem o fator de atração da população rural. Exemplos disto podem ser encontrados nos distritos de Cuamba e Lichinga (província do Niassa), Montepuez (Cabo Delgado), Mocuba (Zambézia), Changara (Tete), Chimoio e Manica (Manica) e Dondo (Sofala).

A análise da variação absoluta da população em nível distrital, entre os períodos intercensais 1960-1970 e 1970-1980, na Figura 4.5, coloca o distrito (cidade) de Maputo em primeiro lugar quanto aos ganhos absolutos da população, em ambos os períodos. Em termos de perdas de população o distrito de Mueda (província de Cabo Delgado) esteve em primeiro lugar no período 1960-1970, com uma perda superior a 65 mil habitantes. Já no período 1970-1980 a maior perda de população (acima de 4 mil habitantes) foi registrada no distrito de Mutarara (Tete). É importante ressaltar que foi no distrito de Mueda onde começou a luta armada contra o colonialismo português, em 1964, o que deve ter provocado provavelmente muitas emigrações para o território vizinho da Tanzânia, na década de 60, ou uma subenumeração da população no Censo Demográfico de 1970.





Outro distrito que apresentou valor negativo da variação absoluta da população, no período 1970-1980, foi o do Ibo (província de Cabo Delgado). Um estudo sobre fluxos migratórios interdistritais, levado a cabo pelo Conselho Coordenador do Recenseamento, para o período 1975-1980, revela que a perda da população no distrito do Ibo ocorreu principalmente em favor dos distritos vizinhos de Macomia e Quissanga.

Quando se analisa a variação intercensal absoluta da população para o conjunto dos distritos pode-se perceber que, para o período 1960-1970, existem dois grandes grupos de distritos: um dos que ganharam população (90 distritos) e outro dos que tiveram perda (19 distritos). Dentre os que ganharam população existem aqueles cujos ganhos foram superiores a 10 mil habitantes (66 distritos) e outros que ganharam menos de 10 mil habitantes (24 distritos).

A maioria dos distritos das províncias litorâneas da Zambézia, Nampula, Inhambane, Gaza, Maputo e Sofala teve ganhos iguais ou superiores a 10 mil habitantes. Mais de 30% dos distritos das províncias do Niassa e Cabo Delgado ganharam menos de 10 mil pessoas no período 1960-1970. Na sua maioria, os distritos do interior da província da Zambézia tiveram ganhos iguais ou superiores a 20 mil habitantes, o que prova, mais uma vez, a sua importância na economia da província.

Os distritos que perderam população no período 1960-1970 são majoritariamente das províncias de Tete (Macanga, Cahora Bassa, Angónia, Marávia, Mágoè, Chiúta, Zumbo), Niassa (Lago,

Mandimba, Sanga, Mavago, Mecula) e Cabo Delgado (Mueda, Mocímboa da Praia, Palma, Macomia). Estas são as regiões que, ao longo da década de 60, estiveram sob os efeitos da guerra colonial. Também perderam população alguns distritos das províncias de Nampula (Mossuril), Inhambane (Panda) e Gaza (Bilene). É muito provável que o distrito de Mossuril (na província de Nampula) tenha perdido a sua população para o distrito vizinho de Monapo. Esta suposição é igualmente válida para o distrito de Panda (província de Inhambane), que deve ter perdido a sua população para os distritos vizinhos do litoral (Inhambane, Homoine, Inharrime), e para o distrito de Bilene (na província de Gaza), que deve ter perdido população para os distritos vizinhos de Chókwè (agro-industrial) e Xai-Xai (que abrange a capital da província). Por outro lado, a perda da população em alguns distritos próximos da província de Maputo, como é o caso de Bilene, pode estar relacionada com uma emigração para a cidade de Maputo (capital do país).

No período intercensal 1970-1980 houve, além de Maputo, distritos cujos ganhos absolutos da população ultrapassaram os 100 mil habitantes. Trata-se dos distritos de Milange (província da Zambézia), Mueda (Cabo Delgado), Angónia (Tete), Nampula (Nampula) e Chimoio (Manica). Os casos dos distritos de Mueda e Angónia chamam muita atenção pelo fato de terem sido estes mesmos distritos que, no período intercensal anterior, tiveram perdas de 65.510 e 6.895 pessoas, respectivamente, provavelmente em consequência da emigração devido à guerra

colonial, na década de 60. Os elevados ganhos absolutos da população em ambos os distritos, no período 1970-1980, podem estar refletindo os efeitos da migração de retorno, que ocorreu a partir dos meados da década de 70, em consequência da proclamação da independência nacional, em 1975. Esta constatação é igualmente válida para todos os distritos das províncias setentrionais (Cabo Delgado, Niassa e Tete), cujas variações absolutas da população, no período 1960-1970, foram negativas.

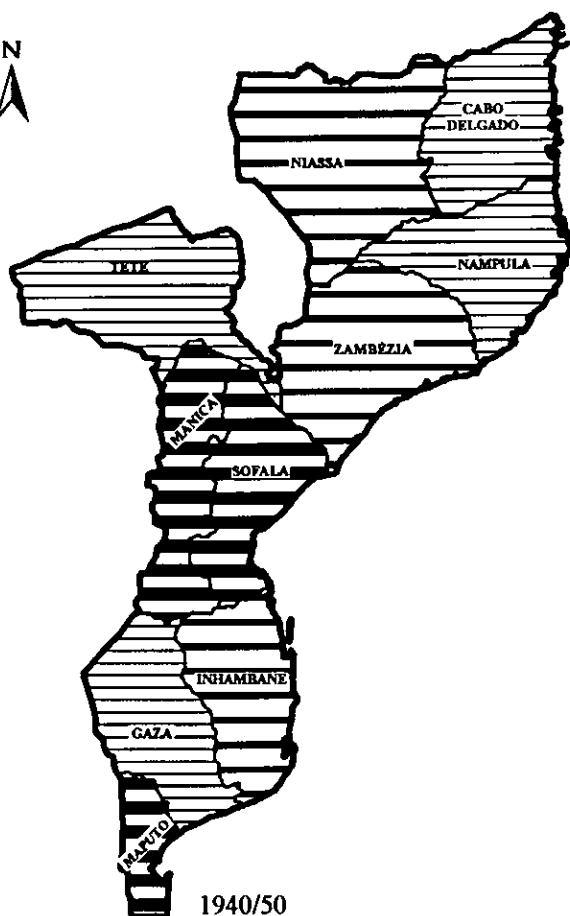
De um modo geral, no período 1970-1980 registrou-se um elevado número de distritos (87) com ganhos absolutos da população superiores a 10 mil pessoas. Quase todos os distritos da províncias da Zambézia, Sofala, Gaza e Maputo tiveram uma variação absoluta da população superior a 10 mil pessoas. Distritos com variações absolutas da população inferiores a 10 mil pessoas, no período 1970-1980, foram observados nas províncias de Cabo Delgado (Ibo, Mecúfi, Meluco, Quissanga), Niassa (Mecula, Marrupa, Majune), Nampula (Mongicual, Ilha de Moçambique, Mossuril), Tete (Mutarara, Macanga, Mágoè), Manica (Sussundenga, Manica, Tambara), Zambézia (Mopeia), Gaza (Massingir) e Maputo (Namaacha).

Mais detalhes sobre a variação intercensal absoluta da população em nível distrital, nos períodos 1960-1970 e 1970-1980, podem ser observados na Tabela 2 do Apêndice.

#### 4.3 Taxas de Crescimento Interprovinciais

Nesta seção analisa-se a evolução da distribuição espacial da população das províncias moçambicanas através das taxas médias de crescimento anual da população, entre os períodos intercensais. A análise das Figuras 4.6A e 4.6B, assim como da Tabela 4.2, mostra que, em nível das províncias, para os cinco períodos intercensais focalizados, o crescimento populacional não foi uniforme. Além disso, quase todas as províncias mostraram oscilações nas taxas médias de crescimento anual da população ao longo dos cinco períodos. Algumas exceções podem ser observadas para as províncias de Nampula, Zambézia e Gaza, cujas taxas médias de crescimento anual da população revelaram uma tendência ascendente até o quarto período intercensal; para a província de Manica, que também teve uma tendência ascendente nas taxas médias de crescimento anual da população nos três primeiros períodos intercensais; e para a província do Niassa, cujas taxas médias de crescimento anual da população foram descendentes até o terceiro período intercensal.

No primeiro período intercensal (1940-1950), a província de Sofala, apresentou o maior crescimento populacional do país (3%), seguida pelas províncias de Manica e Maputo. As províncias que tiveram menos crescimento (com uma taxa média anual abaixo de 1%) foram as de Cabo Delgado, Gaza, Tete e Nampula. Já nos períodos 1950-1960 e 1960-1970, com uma taxa média de crescimento anual de 5,3% e 4,8%, respectivamente, a



1940/50



1950/60



1960/70

**Figura 4.6 A**

MOÇAMBIQUE - TAXAS MÉDIAS DE  
CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO  
SEGUNDO AS PROVÍNCIAS  
1940/50, 1950/60 e 1960/70

Percentagens



- 1 a - 0,05



0,2 - < 1



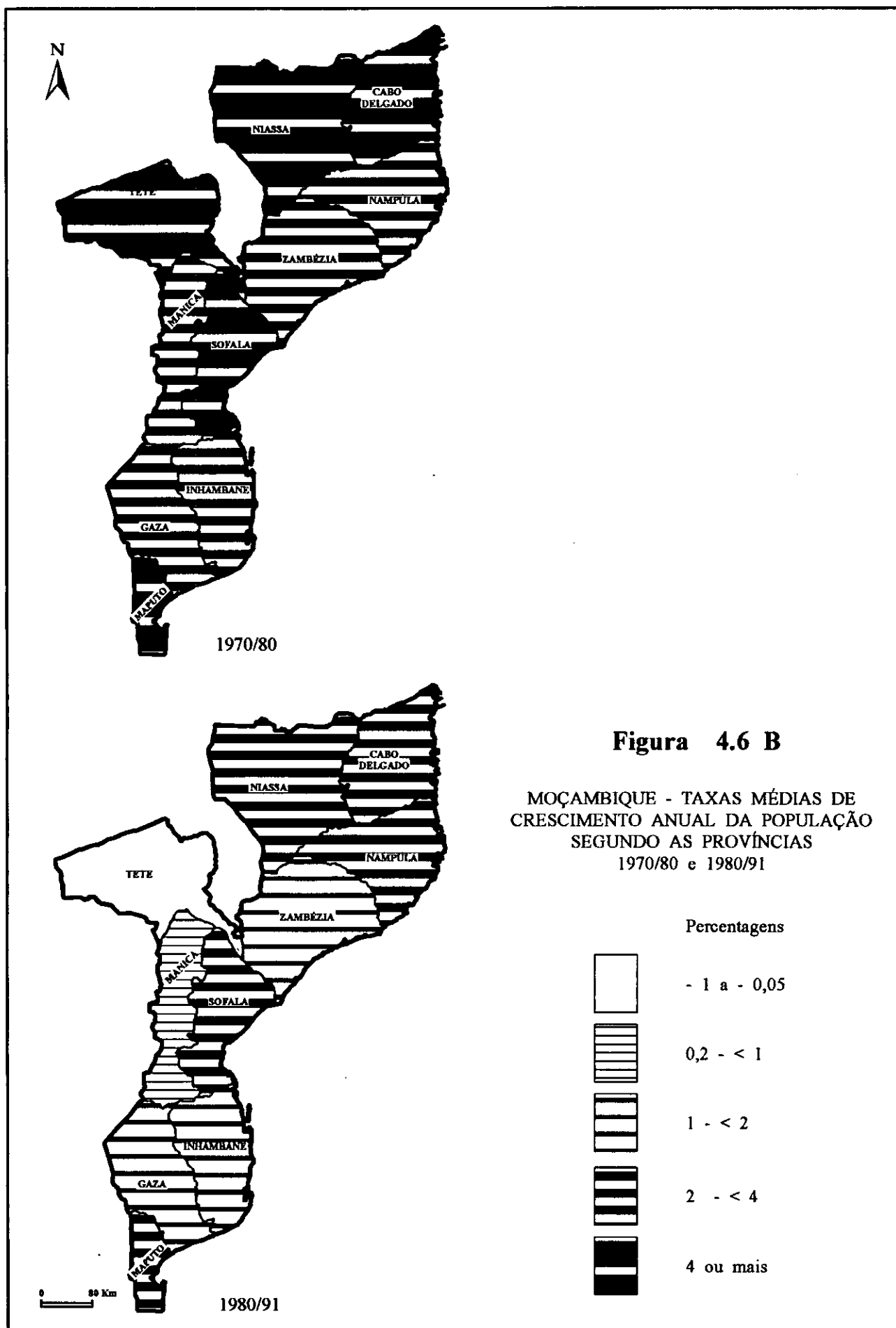
1 - < 2



2 - < 4



4 ou mais



população da província de Maputo foi a que mais cresceu, ultrapassando a das províncias de Manica e Sofala. Baixas taxas médias de crescimento anual da população (inferiores a 1%) no período 1950-1960 foram registradas nas províncias de Inhambane, Gaza, Tete e Niassa. No período 1960-1970 apenas as províncias de Cabo Delgado, Niassa e Tete tiveram taxas médias de crescimento anual da população inferiores a 1%, sendo de ressaltar o crescimento negativo da população de Cabo Delgado.

Tabela 4.2  
MOÇAMBIQUE - TAXAS MÉDIAS DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO  
SEGUNDO AS PROVÍNCIAS  
1940/50, 1950/60, 1960/70, 1970/80 e 1980/91

PROVÍNCIAS	TAXAS MÉDIAS DE CRESCIMENTO ANUAL (em %)				
	1940/50	1950/60	1960/70	1970/80	1980/91
Niassa	1,5	0,8	0,2	5,9	2,9
Cabo Delgado	0,2	1,0	-0,05	5,1	2,7
Nampula	0,8	1,0	1,7	2,7	2,3
Zambézia	1,5	1,6	2,5	3,3	1,6
Tete	0,6	0,7	0,4	4,8	-1,0
Manica	2,4	2,8	3,6	3,2	0,4
Sofala	3,0	2,3	3,1	4,3	2,5
Inhambane	1,8	0,2	2,5	3,2	1,8
Gaza	0,4	1,6	1,0	2,6	1,2
Maputo	2,1	3,9	6,2	4,5	3,3
MOÇAMBIQUE	1,2	1,4	2,1	3,6	1,9

Fonte: - RECENSEAMENTOS... (1940 a 1970);  
- RECENSEAMENTO... (1980);  
- PROJECCÕES... (1994).

Em suma, nos três primeiros períodos intercensais observa-se uma maior frequência de baixas taxas médias de crescimento

anual da população para as províncias da região norte do país (Niassa, Cabo Delgado e Tete) e para a província de Gaza, na região sul. Em contrapartida, altas taxas de crescimento da população foram registradas com maior frequência nas províncias de Maputo, Manica e Sofala (os tradicionais pólos de atração).

O fato de as províncias do norte de Moçambique apresentarem, em geral, baixas taxas de crescimento populacional nos três primeiros períodos intercensais confirma a inferência, feita no capítulo anterior, de que estas províncias teriam vivenciado, entre as décadas de 40 e 50, uma intensa migração das populações rurais para os territórios vizinhos, em consequência da degradação das condições de vida nas zonas rurais, devido à imposição do trabalho forçado. Durante a guerra de libertação nacional, na década de 60, a migração prevaleceu nessas províncias, não só para os territórios vizinhos, como também para as outras províncias não afetadas pela guerra. Por outro lado, o que justifica que no período 1960-1970 a população das províncias do Niassa, Cabo Delgado e Tete tenha tido as mais baixas taxas de crescimento, entre todos os períodos, é a limitação da cobertura do Censo Demográfico de 1970 nessas regiões.

No caso da província de Gaza, as baixas taxas de crescimento populacional podem ser atribuídas em grande parte à migração para a província vizinha de Maputo e, principalmente, para a República da África do Sul.



Tradicionalmente, Gaza é uma das principais províncias de emigração para a indústria mineira da África do Sul.

As mais altas taxas médias de crescimento anual da população no período intercensal 1970-1980 foram observadas nas províncias do Niassa (5,9%), Cabo Delgado (5,1%) e Tete (4,8%). E as mais baixas foram registradas nas províncias de Gaza (2,6%) e Nampula (2,7%). As altas taxas de crescimento populacional nas províncias do Niassa, Cabo Delgado e Tete, no período 1970-1980, podem ser explicadas, parcialmente, por um fluxo de migração de retorno a estas regiões, após a proclamação da independência do país em 1975. Deve-se ressaltar, contudo, que parcela substancial desse crescimento também pode ser devida aos problemas de subenumeração do Censo Demográfico de 1970 e maior cobertura do Censo Demográfico de 1980, já mencionados anteriormente. De um modo geral, o período intercensal 1970-1980 difere bastante dos outros, por apresentar taxas médias de crescimento anual da população superiores a 2% para todas as províncias e, por conseguinte, a mais alta taxa média de crescimento anual da população do país (3,6%).

Com uma taxa média de crescimento anual da população de 3,3% no período 1980-1991, a província de Maputo voltou a ocupar o primeiro lugar, seguida pelas províncias do Niassa e Cabo Delgado. O crescimento populacional mais baixo foi registrado na província de Manica; a província de Tete teve uma taxa de crescimento negativa (-1%). Embora nada se possa

concluir definitivamente sobre as taxas deste período, já que os dados de 1991 provêm de estimativas, pode-se sugerir, conforme referência anterior, que o crescimento negativo da população de Tete foi causado principalmente pela emigração, durante a década de 80, em consequência da guerra civil. Em relação ao período anterior, o período 1980-1991 foi caracterizado por um declínio nas taxas médias de crescimento anual da população em todas as províncias.

#### 4.4 Principais Componentes da (Re)distribuição Espacial da População em Moçambique

São três os principais fatores que intervêm na redistribuição espacial da população dentro de um território: diferenças no crescimento natural entre áreas territoriais; movimentos migratórios entre áreas e reclassificação de áreas. Através principalmente da migração assistiu-se em Moçambique, nos anos mais recentes, uma importante redistribuição da população entre as suas unidades espaciais.

Embora seja óbvio que, ao longo das últimas décadas, o processo redistributivo da população em Moçambique tenha resultado principalmente da interação de dois fatores demográficos, crescimento vegetativo e migração, torna-se, infelizmente, impraticável estabelecer, neste trabalho, o impacto de cada um destes fatores nas mudanças da configuração, em termos populacionais, ocorridas no território durante o

período de referência, o que, sem dúvida, limita, mas não invalida, as conclusões a que se pode chegar. Essa impraticabilidade é consequência da indisponibilidade de informação adequada sobre estatísticas vitais (nascimentos e mortes), por um lado, e sobre migração (saldos migratórios), por outro, quer em nível territorial mais desagregado quer em nível mais agregado.

No que se refere especificamente ao componente migratório na redistribuição espacial, poder-se-ia pensar na hipótese de aplicação da técnica indireta, por exemplo, a de relações intercensitárias de sobrevivência, para sua estimação. Mas a aplicação dessa técnica implicaria, além da disponibilidade de boa informação sobre funções de fecundidade e mortalidade experimentadas pela população entre um Censo e outro, que Moçambique fosse considerado um país totalmente fechado à migração internacional, o que não é verdade.

Mesmo que haja dificuldades para quantificar cada um dos componentes da redistribuição espacial da população em Moçambique, deve-se ressaltar, mais uma vez, a importância do componente migratório nas mudanças da estrutura espacial da população, registradas principalmente nas últimas três décadas.

#### 4.4.1 A Urbanização e a Redistribuição Espacial da População em Moçambique

Já foi mostrado no capítulo anterior que desde a década de 70 Moçambique vem experimentando importante aceleração no processo de urbanização. De 1970 a 1980 a proporção da população urbana passou de 8,5% para 13,2%, tendo atingido os 20,5% em 1991. No período considerado observou-se um crescimento elevado da população urbana da ordem de 8,3% e 6,1% ao ano em 1970/80 e 1980/91, respectivamente. Estas taxas, comparadas com as do crescimento da população total nas duas décadas (3,6% e 1,9%), explicam a grande intensidade com que se desenvolve o processo da urbanização em Moçambique.

Quanto aos componentes demográficos do crescimento urbano, destacam-se três elementos: o crescimento vegetativo, a migração (tanto interna quanto internacional) e a reclassificação da população. A ausência de dados adequados não permite a real avaliação do grau de participação de cada um dos componentes aqui mencionados na dinâmica urbana do país. Sendo assim, analisar-se-ão apenas a contribuição da reclassificação de novos centros urbanos para crescimento da população urbana.

No Censo de 1960 foi considerada população urbana apenas aquela que residia nas sedes distritais (atuais províncias). Como a população das sedes dos ex-distritos de Manica e Inhambane não aparece especificada no Censo de 1960, somente oito sedes distritais foram consideradas como urbanas. Em 1980 foram consideradas urbanas todas as capitais provinciais e mais

as sedes distritais de Chókwè e Nacala, resultando em 12 o número de centros urbanos. Finalmente, em 1991 outras 10 sedes distritais foram elevadas à categoria de cidades, passando para 22<sup>4</sup> o número de centros urbanos. A Tabela 4.3 mostra que o impacto dessa reclassificação no crescimento da população urbana do país foi bastante significativo durante os períodos considerados: 21% em 1960/80 e 31% em 1980/91.

Tabela 4.3  
MOÇAMBIQUE - CONTRIBUIÇÃO DA RECLASSIFICAÇÃO DE NOVOS  
CENTROS URBANOS PARA O CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA  
1960/80 e 1980/91

Reclassificação de novos Centros Urbanos				
Período	Crescimento urbano total (habitantes)	Número	População (habitantes)	Contribuição p/ crescimento urbano total (%) (4)/(2)*100
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
1960-1980	1004191	4	210473	21,0
1980-1991	1426898	10	438873	30,8

Fonte: Tabela 4 do Apêndice

A análise do processo de urbanização pode ser mais enriquecida quando se considera o tamanho das cidades. A Tabela 4.4 mostra a distribuição da população urbana em Moçambique, segundo o tamanho dos centros urbanos nos anos de 1960, 1980 e 1991.

<sup>4</sup> Matola inclui-se na cidade de Maputo.

Tabela 4.4  
MOÇAMBIQUE - PARTICIPAÇÃO DAS CIDADES NA POPULAÇÃO URBANA  
SEGUNDO CATEGORIAS DE TAMANHO URBANO  
1960, 1980 e 1991

Categorias de tamanho urbano (habitantes)	número de cidades			participação relativa na população urbana (em %)		
	1960	1980	1991	1960	1980	1991
5000-<10000	1	0	0	1,4	0,0	0,0
10000-<20000	0	1	2	0,0	0,7	0,9
20000-<50000	3	4	5	22,4	11,0	6,5
50000-<100000	2	4	9	23,4	16,9	21,4
100000-<500000	2	2	5	52,8	23,4	30,4
500000 ou mais	0	1	1	0,0	48,0	40,8
Total	8	12	22	100,0	100,0	100,0

Fonte: Tabela 4 do Apêndice

Os dados revelam que a urbanização não se deu apenas pela reclassificação de novos centros urbanos, mas também pelo aumento da população residente nos já existentes, fato que pode ser comprovado também pelo crescimento do número de cidades de maior porte (as de cem mil ou mais habitantes). O seu número passou de 3 em 1980 para 6 em 1991. Quase todas as cidades de 100 mil ou mais habitantes são capitais de províncias, com a exceção das cidades de Maputo (capital do país) e Nacala (sede distrital ferro-portuária).

As cidades de 50 a 100 mil habitantes foram as que tiveram o maior aumento em número (de 4 para 9), no período 1980-1991. Mas, mesmo assim, constata-se que mais de 70% da população urbana continuava residindo, em 1991, em cidades de 100 mil ou mais habitantes.

#### 4.5 Considerações Finais

A redistribuição espacial da população em Moçambique, em particular nas últimas três décadas, pode ser considerada como tendo sido determinada principalmente por dois conjuntos de fatores: os econômicos e os não-econômicos.

Dentre os determinantes econômicos da redistribuição espacial da população moçambicana devem ser destacados aqueles relacionados com a heterogeneidade no desenvolvimento sócio-econômico do território e com a distribuição desigual dos recursos produtivos e da infraestrutura física entre as distintas áreas do território.

O desequilíbrio no sistema urbano nacional e a consequente centralização da maior parte de bens, serviços e atividades econômicas em poucas cidades (especialmente na cidade-capital), fazendo com que a maior interação espacial ocorra em torno de suas áreas de influência, levam a que as mais altas densidades de assentamentos humanos tenham lugar ao redor dessas pouquíssimas unidades espaciais.

Por outro lado, admite-se que a redistribuição territorial da população rural em Moçambique ao longo da história esteve sempre em íntima relação com os tipos de ocupação e posse da terra, inseridos na política geral de desenvolvimento, vigente nas diferentes épocas históricas (ARAÚJO, 1991).

Os principais fatores não-econômicos da redistribuição espacial da população em Moçambique, ao longo das últimas três décadas, foram, sem dúvida, os conflitos político-militares.

Estes podem ser enquadrados em dois momentos diferentes. O primeiro momento foi o da luta armada pela libertação nacional entre 1964 e 1974. Conforme as constatações feitas ao longo deste trabalho, a guerra colonial foi decisiva na dinâmica demográfica da região norte de Moçambique, no período 1964-1974. Ela causou uma intensa mobilidade espacial da população dessa região para outras regiões, dentro e fora do país. O segundo momento foi o da guerra civil no período 1980-1992. A maior redistribuição espacial da população nos últimos anos, jamais conhecida na história de Moçambique, foi motivada pela guerra civil que, até outubro de 1992, colocara 3.728.000 de moçambicanos na condição de deslocados e outros 1.607.000 na condição de refugiados de guerra nos países vizinhos (IMPLEMENTATION..., 1994).



## 5 CONCLUSÕES

A análise que se acaba de fazer revelou que Moçambique carece ainda de fontes de dados adequadas para estudos da área demográfica em geral, como é o caso da distribuição espacial da população. Os dados disponíveis dos Censos Demográficos não retratam a real tendência da dinâmica espacial da população moçambicana, devido principalmente às diferenças de cobertura censal. Qualquer tentativa de mensuração do fenómeno da redistribuição espacial da população em Moçambique com base nos dados censais pode ser considerada preliminar, dada a sua pouca confiabilidade.

Assim, no que se refere aos dados analisados neste trabalho nada pode ser concluído definitivamente, senão fazer-se inferências a respeito das suas principais tendências.

Em termos gerais, constatou-se, através da revisão bibliográfica, que o padrão de distribuição espacial da população em Moçambique foi determinada, inicialmente, pelas circunstâncias históricas, ou seja, pelas formas de organização produtiva, social e económica vigentes nas diferentes épocas da história do território. Quanto à distribuição de efetivos populacionais entre as províncias observou-se que, espacialmente, a população tende a concentrar-se cada vez mais nas províncias de maior tamanho populacional (Nampula, Zambézia e Maputo). Em nível dos distritos constatou-se o mesmo,

devendo-se ressaltar a predominância de distritos de maior porte populacional na região costeira.

Da análise da evolução dos efetivos populacionais por unidades territoriais, com base nos dados censais e nas estimativas da população, atualmente disponíveis, pode-se inferir que a distribuição espacial da população em Moçambique sofreu contínuas mudanças ao longo do tempo, mas principalmente nas últimas três décadas. Essas mudanças foram aparentemente mais acentuadas nas regiões outrora afetadas pela guerra colonial ao norte do país. Para essas regiões os dados analisados revelaram uma tendência de crescimento retardado da população no período intercensal 1960-1970, e de crescimento elevado no período subsequente (1970-1980). Na verdade, como já se disse anteriormente, não se pode afirmar com tanta certeza que esta tenha sido a real tendência, pois sabe-se que no Censo Demográfico de 1970 as regiões ao norte de Moçambique não tiveram uma cobertura total, devido à guerra colonial. Além disso, supõe-se ainda que no momento do Censo um número considerável de residentes dessas regiões encontrava-se fora do território. Porém, não existe registro sobre o número de refugiados no exterior no momento do Censo de 1970 que nos permita avaliar se o déficit da população verificado no período 1960-1970 em algumas regiões ao norte de Moçambique deveu-se à subenumeração ou ao componente migratório.

Dentre todos os períodos intercensais o de 1970-1980 foi o que aparentemente teve maior crescimento populacional, em

quase todas as províncias (com exceção de Maputo e Manica). Mas é necessário destacar que o Censo Demográfico de 1980 teve uma cobertura censal relativamente melhor que os Censos anteriores e, principalmente, que o de 1970.

Outro resultado que parece estar influenciado pela qualidade de dados é o que se refere à evolução da população no período 1980-1991. Os dados indicam para o período 1980-1991 um crescimento populacional relativamente menor, comparado com o do período anterior, em todas as províncias. Deve-se lembrar que a população para 1991 provém de estimativas. Na realidade, é pouco provável que todas as províncias tenham tido a mesma tendência de crescimento populacional no período 1980-1991. Daí pode-se inferir que os pressupostos em que se baseiam as estimativas não atenderam as particularidades de cada uma das províncias.

As disparidades quanto aos critérios de definição de população urbana e/ou rural entre os diferentes Censos Demográficos, assim como a ausência de dados para a estimação de componentes demográficos do processo da urbanização, não permitiram analisar satisfatoriamente o fenômeno da urbanização e avaliar a sua contribuição para redistribuição espacial da população em Moçambique. Entretanto, as evidências empíricas indicam que, nas últimas duas décadas, a população urbana cresceu em ritmo acelerado e em níveis exorbitantes, contrariamente à população rural.

Para finalizar, deve-se salientar que este trabalho procurou mostrar as grandes dificuldades que existem em Moçambique quanto à disponibilidade de fontes de dados de melhor qualidade não só para a análise espacial da população como também para outros estudos demográficos. O trabalho chama ainda a atenção para o fato de uma grande parte da informação dos censos demográficos atualmente disponível ser susceptível a conclusões equivocadas, quando não é corretamente utilizada ou interpretada.

Os avanços nas pesquisas demográficas em Moçambique dependem, antes de mais nada, do melhoramento das atuais fontes de dados e da criação de um banco de dados de qualidade confiável.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Manuel G. M. O sistema de aldeias comunais em Moçambique : transformações na organização do espaço residencial e produtivo. Lisboa : Universidade de Lisboa, 1988. 455p. (Tese de Doutoramento).

ARAÚJO, Manuel G. M. Dinâmica das novas formas de redistribuição da população rural em Moçambique. *População e Sociedade : P&S no Mundo de Expressão Portuguesa*. Recife, v. 1, p. 137-157, 1991.

BARCA, A. & SANTOS, T. *Geografia de Moçambique*. Maputo : INDE, Editora Escolar, 1992. Vol. I. (Parte física).

BARCA, A. *Geografia de Moçambique*. Maputo : Editora Escolar, 1993. Vol. II. (Parte económica).

ENUMERAÇÃO da população e agregados familiares das cidades e alguns distritos e postos administrativos de Moçambique. Maputo: Unidade de População e Planificação, 1991. (Série estimativas demográficas ; 1).

FECUNDIDADE, mortalidade e planeamento familiar em Moçambique. Maputo : Direcção Nacional de Estatística, 1993. (Série população e desenvolvimento ; 9).

FLUXOS migratórios da população : análise nacional. Maputo : Conselho Coordenador do Recenseamento, 1984.

FORÇA de trabalho e sua utilização em Moçambique : 1991. Maputo: Direcção Nacional de Estatística, 1994. (Série inquérito demográfico nacional ; 4).

GASPAR, Manuel C. Contribuições para o estudo da dinâmica demográfica de Moçambique. Belo Horizonte : CEDEPLAR, 1989. 250p. (Dissertação de Mestrado).

HENRIKSEN, Thomas H. *Mozambique : a history*. London: Rex Collings, 1978.

HISTÓRIA de Moçambique. Maputo : Departamento de História da UEM, 1988. Vol. 1.

HISTÓRIA de Moçambique. Maputo : Departamento de História da UEM, 1993. Vol. 3.

**IMPLEMENTATION of an Assessment Study on Reintegration and Reconstruction Activities at District Level.** Maputo : PALMER ASSOCIATES ; National Directorate of Statistics, 1994. (Contract: MAC/20/93/EEC. Final Report).

**INFRASTRUCTURE for Development.** IN: World Development Report 1994. Oxford : Oxford University, 1994. p. 162-166.

**IV PLANO de fomento : parte III ; relatórios sectoriais.** Lourenço Marques : Direcção dos Serviços de planeamento e integração económica, 1973. vol. 10. (Demografia).

**KI-ZERBO, Joseph.** História da África negra. Lisboa : Publicações Europa-América ; Mem Martins Codex, 1972. 2v.

**MATZNETTER, J.** Das Entstehen und der Ausbau zentraler Orte und ihrer Netze an Beispielen aus portugiesisch Guinea und Sudwest-Angola. Nurnberger Wirtschafts-und sozialgeographische Arbeiten. Bd. 5. Nurnberg, 1966.

**POLLANCO CASTILLO, Juan. J.** Analisis exploratório para el estudio de la distribución espacial de la población en la república dominicana - 1970, 1981. Belo Horizonte : CEDEPLAR, 1989. 147p. (Dissertação de Mestrado).

**POPULAÇÃO residente total, por províncias, cidades e distritos: nominalmente censada e ajustada, 01 de Agosto de 1980.** Maputo: Direcção Nacional de Estatística, 1984.

**PROJECCÕES anuais da população total : 1980-2030.** Maputo : Direcção Nacional de Estatística, 1994. (Série inquérito demográfico nacional ; 2).

**PROJECCÕES anuais da população por províncias : 1900-2000.** Maputo : Direcção Nacional de Estatística, 1994. (Série inquérito demográfico nacional ; 3).

**RECENSEAMENTO geral da população de 1940.** Lourenço Marques : Instituto Nacional de Estatística, 19??.

**RECENSEAMENTO geral da população de 1950.** Lourenço Marques : Instituto Nacional de Estatística, 19??.

**RECENSEAMENTO geral da população de 1960.** Lourenço Marques : Instituto Nacional de Estatística, 19??.

**RECENSEAMENTO geral da população de 1970.** Lourenço Marques : Instituto Nacional de Estatística, 1973.

**RECENSEAMENTO geral da população de 1980.** Maputo : Direcção Nacional de Estatística, 1983.

SPENCE, C. F. Moçambique: África oriental portuguesa. Lisboa : Editora Gráfica Portuguesa, 1965.

WORKSHOP SOBRE BASES METODOLÓGICAS PARA A INVESTIGAÇÃO DAS TENDÊNCIAS DO CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA EM MOÇAMBIQUE. Maputo : Direcção Nacional de Estatística, 1992. (Série população e desenvolvimento ; 6).

## APÊNDICE



Tabela 1  
POPULAÇÃO TOTAL POR DISTRITOS  
MOÇAMBIQUE, 1960-1980

Nr. de Referência	DISTRITOS	POPULAÇÃO TOTAL		
		1960	1970	1980
1	Alto Molócuè	76095	106249	143390
2	Ancuabe	21862	30494	43991
3	Angoche	119652	150277	178302
4	Angónia	110599	103704	220085
5	Bárue	31152	52267	69786
6	Beira	58970	130398	214613
7	Bilene	83359	80133	109643
8	Boane	13530	24558	39296
9	Búzi	82948	93830	144265
10	Cahora Bassa	29575	21783	47679
11	Caia	46141	54320	81169
12	Canicado	38628	49425	69346
13	Changara	67553	93076	131612
14	Chemba	49307	62201	70078
15	Cheringoma	31088	44300	65072
16	Chibabava	64960	73483	112980
17	Chibuto	141936	204904	230815
18	Chicualacuala	36760	46734	80947
19	Chimoio	62510	113510	214027
20	Chinde	95401	97968	136597
21	Chiúre	72043	95498	109030
22	Chiúta	3795	3067	39532
23	Chókwè	74640	90670	117128
24	Cuamba	43778	54130	84068
25	Dondo	29917	54977	120562
26	Eráti	162925	213011	273924
27	Gilé	51539	69458	93411
28	Gorongosa	74639	94156	106079
29	Govuro	38145	60292	84445
30	Guro	33359	39561	50886
31	Gurúe	81623	105702	166265
32	Homoíne	57467	69865	95237
33	Ibo	4230	6534	5870
34	Ile	150252	184264	253787
35	Ilha de Moçambique	12002	21906	30152
36	Inhambane	67381	83980	90764
37	Inharrime	44193	55761	64725
38	Lago	33762	13457	37401
39	Lichinga	44180	47188	90664
40	Lugela	68736	76137	103018
41	Macanga	56718	32938	37162
42	Macomia	38566	33983	54598
43	Maganja da Costa	126719	161162	205561
44	Mágoè	6150	4530	9915
45	Magude	62613	75547	104011
46	Majune	9885	10558	20284

(continuação)

Tabela 1  
POPULAÇÃO TOTAL POR DISTRITOS  
MOÇAMBIQUE, 1960-1980

Nr. de Referência	DISTRITOS	POPULAÇÃO TOTAL		
		1960	1970	1980
47	Malema	40815	59418	86169
48	Mandimba	34179	27239	63304
49	Manhiça	75669	97539	139400
50	Manica	30189	48544	53167
51	Manjacaze	126833	139276	180632
52	Maputo	254476	461891	739077
53	Marávia	20603	15175	33214
54	Marracuene	15545	28215	45147
55	Marrromeu	41794	44798	75914
56	Marrupa	22166	25011	30811
57	Massinga	109066	148403	220329
58	Massingir	16605	21247	29810
59	Matutuine	19801	35941	57509
60	Maúa	29314	43201	58641
61	Mavago	7367	4154	21701
62	Maxixe	29760	40022	56439
63	Mecanhelas	36810	45515	70688
64	Mconta	56740	66956	81399
65	Mecubúri	53384	66470	81208
66	Mecúfi	22858	30299	34592
67	Mecula	4989	4855	7090
68	Meluco	13577	15822	20181
69	Memba	104317	119802	148818
70	Milange	118969	170905	291445
71	Moamba	46820	59277	90856
72	Moatize	46762	59229	98101
73	Mocímboa da Praia	46880	22725	48059
74	Mocuba	76101	107779	146511
75	Mogovolas	148595	173211	192153
76	Moma	121933	137162	167222
77	Monapo	115461	130603	182202
78	Mongicual	77536	81914	89043
79	Montepuez	74200	107566	140502
80	Mopeia	46159	56242	64351
81	Morrumbala	102864	140586	197554
82	Morrumbene	68443	75579	106621
83	Mossuril	73023	57796	67407
84	Mossurize	97876	108392	124421
85	Muecate	37988	39474	52327
86	Mueda	79024	13514	132503
87	Murupula	60460	70607	84898
88	Mutarara	110438	136074	131215
89	Nacala	43902	62953	82133
90	Nacala-a-Velha	43621	51720	67478

(continuação)

Tabela 1  
POPULAÇÃO TOTAL POR DISTRITOS  
MOÇAMBIQUE, 1960-1980

Nr. de Referência	DISTRITOS	POPULAÇÃO TOTAL		
		1960	1970	1980
91	Namaacha	11075	16534	24673
92	Namacurra	96069	120177	163128
93	Namarrói	55788	76350	94939
94	Nampula	103985	124156	228832
95	Namuno	82498	103062	154565
96	Palma	41605	19244	63115
97	Panda	35496	35097	56131
98	Pebane	70095	91300	117022
99	Pemba	33304	46453	67015
100	Quelimane	152321	183609	241872
101	Quissanga	17950	20919	26683
102	Ribáue	76056	89050	128808
103	Sanga	14653	10021	23167
104	Sussundenga	27751	44624	48873
105	Tambara	17166	20357	26185
106	Vilanculos	67359	96616	152892
107	Xai-Xai	100379	124265	164282
108	Zavala	65749	82960	96296
109	Zumbo	19159	19092	31566

Tabela 2  
VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DA POPULAÇÃO SEGUNDO OS DISTRITOS  
MOÇAMBIQUE, 1960/70 E 1970/80

Nr. de Referência	DISTRITOS	VAR. ABSOLUTA		VAR. RELATIVA	
		1960/70	1970/80	1960/70	1970/80
1	Alto Molócuè	30154	37141	39,6	35,0
2	Ancuabe	8632	13497	39,5	44,3
3	Angoche	30625	28025	25,6	18,6
4	Angónia	-6895	116381	-6,2	112,2
5	Bárue	21115	17519	67,8	33,5
6	Beira	71428	84215	121,1	64,6
7	Bilene	-3226	29510	-3,9	36,8
8	Boane	11028	14738	81,5	60,0
9	Búzi	10882	50435	13,1	53,8
10	Cahora Bassa	-7792	25896	-26,3	118,9
11	Caia	8179	26849	17,7	49,4
12	Canicado	10797	19921	28,0	40,3
13	Changara	25523	38536	37,8	41,4
14	Chemba	12894	7877	26,2	12,7
15	Cheringoma	13212	20772	42,5	46,9
16	Chibabava	8523	39497	13,1	53,7
17	Chibuto	62968	25911	44,4	12,6
18	Chicualacuala	9974	34213	27,1	73,2
19	Chimoio	51000	100517	81,6	88,6
20	Chinde	2567	38629	2,7	39,4
21	Chiúre	23455	13532	32,6	14,2
22	Chiúta	-728	36465	-19,2	1188,9
23	Chókwè	16030	26458	21,5	29,2
24	Cuamba	10352	29938	23,6	55,3
25	Dondo	25060	65585	83,8	119,3
26	Eráti	50086	60913	30,7	28,6
27	Gilé	17919	23953	34,8	34,5
28	Gorongosa	19517	11923	26,1	12,7
29	Govuro	22147	24153	58,1	40,1
30	Guro	6202	11325	18,6	28,6
31	Gurúe	24079	60563	29,5	57,3
32	Homoíne	12398	25372	21,6	36,3
33	Ibo	2304	-664	54,5	-10,2
34	Ile	34012	69523	22,6	37,7
35	Ilha de Moçambique	9904	8246	82,5	37,6
36	Inhambane	16599	6784	24,6	8,1
37	Inharrime	11568	8964	26,2	16,1
38	Lago	20305	23944	-60,1	177,9
39	Lichinga	3008	43473	6,8	92,1
40	Lugela	7401	26881	10,8	35,3
41	Macanga	23780	4224	-41,9	12,8
42	Macomia	-4583	20615	-11,9	60,7
43	Maganja da Costa	34443	44399	27,2	27,5
44	Mágoè	-1620	5385	-26,3	118,9
45	Magude	12934	28464	20,7	37,7
46	Majune	673	9726	6,8	92,1
47	Malema	18603	26751	45,6	45,0

(continuação)

Tabela 2  
VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DA POPULAÇÃO SEGUNDO OS DISTRITOS  
MOÇAMBIQUE, 1960/70 E 1970/80

Nr. de Referência	DISTRITOS	VAR. ABSOLUTA		VAR. RELATIVA	
		1960/70	1970/80	1960/70	1970/80
48	Mandimba	-6940	36065	-20,3	132,4
49	Manhiça	21870	41861	28,9	42,9
50	Manica	18355	4623	60,8	9,5
51	Manjacaze	12443	41356	9,8	29,7
52	Maputo	07415	277186	81,5	60,0
53	Marávia	-5428	18039	-26,3	118,9
54	Marracuene	12670	16932	81,5	60,0
55	Marromeu	3004	31116	7,2	69,5
56	Marrupa	2845	5800	12,8	23,2
57	Massinga	39337	71926	36,1	48,5
58	Massingir	4642	8563	28,0	40,3
59	Matutuine	16140	21568	81,5	60,0
60	Maúa	13887	15440	47,4	35,7
61	Mavago	-3213	17547	-43,6	422,4
62	Maxixe	10262	16417	34,5	41,0
63	Mecanhelas	8705	25173	23,6	55,3
64	Meconta	10216	14443	18,0	21,6
65	Mecubúri	13086	14738	24,5	22,2
66	Mecúfi	7441	4293	32,6	14,2
67	Mecula	-134	2235	-2,7	46,0
68	Meluco	2245	4359	16,5	27,6
69	Memba	15485	29016	14,8	24,2
70	Milange	51936	120540	43,7	70,5
71	Moamba	12457	31579	26,6	53,3
72	Moatize	12467	38872	26,7	65,6
73	Mocímboa da Praia	-24155	25334	-51,5	111,5
74	Mocuba	31678	38732	41,6	35,9
75	Mogovolas	24616	18942	16,6	10,9
76	Moma	15229	30060	12,5	21,9
77	Monapo	15142	51599	13,1	39,5
78	Mongicual	4378	7129	5,6	8,7
79	Montepuez	33366	32936	45,0	30,6
80	Mopeia	10083	8109	21,8	14,4
81	Morrumbala	37722	56968	36,7	40,5
82	Morrumbene	7136	31042	10,4	41,1
83	Mossuril	-15227	9611	-20,9	16,6
84	Mossurize	10516	16029	10,7	14,8
85	Muecate	1486	12853	3,9	32,6
86	Mueda	-65510	118989	-82,9	880,5
87	Murupula	10147	14291	16,8	20,2
88	Mutarara	25636	-4859	23,2	-3,6
89	Nacala	19051	19180	43,4	30,5
90	Nacala-a-Velha	8099	15758	18,6	30,5
91	Namaacha	5459	8139	49,3	49,2
92	Namacurra	24108	42951	25,1	35,7

(continuação)

Tabela 2

VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DA POPULAÇÃO SEGUNDO OS DISTRITOS  
MOÇAMBIQUE, 1960/70 E 1970/80

Nr. de		VAR. ABSOLUTA		VAR. RELATIVA	
Referência DISTRITOS		1960/70	1970/80	1960/70	1970/80
93	Namarrói	20562	18589	36,9	24,3
94	Nampula	20171	104676	19,4	84,3
95	Namuno	20564	51503	24,9	50,0
96	Palma	-22361	43871	-53,7	228,0
97	Panda	-399	21034	-1,1	59,9
98	Pebane	21205	25722	30,3	28,2
99	Pemba	13149	20562	39,5	44,3
100	Quelimane	31288	58263	20,5	31,7
101	Quissanga	2969	5764	16,5	27,6
102	Ribáue	12994	39758	17,1	44,6
103	Sanga	-4632	13146	-31,6	131,2
104	Sussundenga	16873	4249	60,8	9,5
105	Tambara	3191	5828	18,6	28,6
106	Vilanculos	29257	56276	43,4	58,2
107	Xai-Xai	23886	40017	23,8	32,2
108	Zavala	17211	13336	26,2	16,1
109	Zumbo	-67	12474	-0,3	65,3

Tabela 3  
TAXAS MÉDIAS DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO  
SEGUNDO OS DISTRITOS  
MOÇAMBIQUE, 1960/70 E 1970/80

Nr. de Refer.	DISTRITOS	TAXAS DE CRESCIMENTO (em %)	
		1960/70	1970/80
1	Alto Molócuè	3,4	3,0
2	Ancuabe	3,4	3,7
3	Angoche	2,3	1,7
4	Angónia	-0,6	7,8
5	Bárue	5,3	2,9
6	Beira	8,3	5,1
7	Bilene	-0,4	3,2
8	Boane	6,1	4,8
9	Búzi	1,2	4,4
10	Cahora Bassa	-3,0	8,1
11	Caia	1,6	4,1
12	Canicado	2,5	3,4
13	Changara	3,3	3,5
14	Chemba	2,4	1,2
15	Cheringoma	3,6	3,9
16	Chibabava	1,2	4,4
17	Chibuto	3,7	1,2
18	Chicualacuala	2,4	5,6
19	Chimoio	6,1	6,5
20	Chinde	0,3	3,4
21	Chiúre	2,9	1,3
22	Chiúta	-2,1	29,1
23	Chókwè	2,0	2,6
24	Cuamba	2,1	4,5
25	Dondo	6,3	8,2
26	Eráti	2,7	2,5
27	Gilé	3,0	3,0
28	Gorongosa	2,4	1,2
29	Govuro	4,7	3,4
30	Guro	1,7	2,5
31	Gurúe	2,6	4,6
32	Homoíne	2,0	3,1
33	Ibo	4,4	-1,1
34	Ile	2,1	3,3
35	Ilha de Moçambique	6,2	3,2
36	Inhambane	2,2	0,8
37	Inharrime	2,4	1,5
38	Lago	-8,8	10,8
39	Lichinga	0,7	6,7
40	Lugela	1,0	3,1
41	Macanga	-5,3	1,2
42	Macomia	-1,3	4,9
43	Maganja da Costa	2,4	2,5
44	Mágoè	-3,0	8,1
45	Magude	1,9	3,2
46	Majune	0,7	6,7

(continuação)

Tabela 3  
TAXAS MÉDIAS DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO  
SEGUNDO OS DISTRITOS  
MOÇAMBIQUE, 1960/70 E 1970/80

Nr. de Refer.	DISTRITOS	TAXAS DE CRESCIMENTO (em %)	
		1960/70	1970/80
47	Malema	3,8	3,8
48	Mandimba	-2,2	8,8
49	Manhiça	2,6	3,6
50	Manica	4,9	0,9
51	Manjacaze	0,9	2,6
52	Maputo	6,1	4,8
53	Marávia	-3,0	8,1
54	Marracuene	6,1	4,8
55	Marromeu	0,7	5,4
56	Marrupa	1,2	2,1
57	Massinga	3,1	4,0
58	Massingir	2,5	3,4
59	Matutuine	6,1	4,8
60	Maúá	4,0	3,1
61	Mavago	-5,6	18,0
62	Maxixe	3,0	3,5
63	Mecanhelas	2,1	4,5
64	Meconta	1,7	2,0
65	Mecubúri	2,2	2,0
66	Mecúfi	2,9	1,3
67	Mecula	-0,3	3,9
68	Meluco	1,5	2,5
69	Memba	1,4	2,2
70	Milange	3,7	5,5
71	Moamba	2,4	4,4
72	Moatize	2,4	5,2
73	Mocímboa da Praia	-7,0	7,8
74	Mocuba	3,5	3,1
75	Mogovolas	1,5	1,0
76	Moma	1,2	2,0
77	Monapo	1,2	3,4
78	Mongicual	0,6	0,8
79	Montepuez	3,8	2,7
80	Mopeia	2,0	1,4
81	Morrumbala	3,2	3,5
82	Morrumbene	1,0	3,5
83	Mossuril	-2,3	1,6
84	Mossurize	1,0	1,4
85	Muecate	0,4	2,9
86	Mueda	-16,2	25,6
87	Murupula	1,6	1,9
88	Mutarara	2,1	-0,4
89	Nacala	3,7	2,7
90	Nacala-a-Velha	1,7	2,7



(continuação)

Tabela 3  
TAXAS MÉDIAS DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO  
SEGUNDO OS DISTRITOS  
MOÇAMBIQUE, 1960/70 E 1970/80

Nr. de Refer.	DISTRITOS	TAXAS DE CRESCIMENTO (em %)	
		1960/70	1970/80
91	Namaacha	4,1	4,1
92	Namacurra	2,3	3,1
93	Namarrói	3,2	2,2
94	Nampula	1,8	6,3
95	Namuno	2,3	4,1
96	Palma	-7,4	12,6
97	Panda	-0,1	4,8
98	Pebane	2,7	2,5
99	Pemba	3,4	3,7
100	Quelimane	1,9	2,8
101	Quissanga	1,5	2,5
102	Ribáue	1,6	3,8
103	Sanga	-3,7	8,7
104	Sussundenga	4,9	0,9
105	Tambara	1,7	2,5
106	Vilanculos	3,7	4,7
107	Xai-Xai	2,2	2,8
108	Zavala	2,4	1,5
109	Zumbo	-0,04	5,2

Tabela 4  
POPULAÇÃO RURAL E URBANA POR DISTRITOS  
MOÇAMBIQUE: 1960, 1980 E 1991

Nr. de Refer.	DISTRITOS	POPULAÇÃO RURAL		POPULAÇÃO URBANA		
		1960	1980	1960	1980	1991
1	Alto Molócuè	76095	143390	-	-	-
2	Ancuabe	21862	43991	-	-	-
3	Angoche	119652	178302	-	-	29527
4	Angónia	110599	220085	-	-	-
5	Bárue	31152	69786	-	-	-
6	Beira	-	-	58970	214613	294197
7	Bilene	83359	109643	-	-	-
8	Boane	13530	39296	-	-	-
9	Búzi	82948	144265	-	-	-
10	Cahora Bassa	29575	47679	-	-	-
11	Caia	46141	81169	-	-	-
12	Canicado	38628	69346	-	-	-
13	Changara	28591	86493	38962	45119	94369
14	Chemba	49307	70078	-	-	-
15	Cheringoma	31088	65072	-	-	-
16	Chibabava	64960	112980	-	-	-
17	Chibuto	141936	230815	-	-	44725
18	Chicualacuala	36760	80947	-	-	-
19	Chimoio	62510	145902	-	68125	105818
20	Chinde	95401	136597	-	-	-
21	Chiúre	72043	109030	-	-	-
22	Chiúta	3795	39532	-	-	-
23	Chókwè	74640	106257	-	10871	55387
24	Cuamba	43778	84068	-	-	56221
25	Dondo	29917	120562	-	-	49332
26	Eráti	162925	273924	-	-	-
27	Gilé	51539	93411	-	-	-
28	Gorongosa	74639	106079	-	-	-
29	Govuro	38145	84445	-	-	-
30	Guro	33359	50886	-	-	-
31	Gurúe	81623	166265	-	-	73392
32	Homoíne	57467	95237	-	-	-
33	Ibo	4230	5870	-	-	-
34	Ile	150252	253787	-	-	-
35	I. de Moçambique	12002	30152	-	-	11916
36	Inhambane	67381	34325	-	56439	47764
37	Inharrime	44193	64725	-	-	-
38	Lago	33762	37401	-	-	-
39	Lichinga	12800	51657	31380	39004	62995
40	Lugela	68736	103018	-	-	-
41	Macanga	56718	37162	-	-	-
42	Macomia	38566	54598	-	-	-
43	Maganja/Costa	126719	205561	-	-	-
44	Mágoè	6150	9915	-	-	-
45	Magude	62613	104011	-	-	-
46	Majune	9885	20284	-	-	-

(continuação)

Tabela 4  
POPULAÇÃO RURAL E URBANA POR DISTRITOS  
MOÇAMBIQUE: 1960, 1980 E 1991

Nr. de Refer.	DISTRITOS	POPULAÇÃO RURAL		POPULAÇÃO URBANA		
		1960	1980	1960	1980	1991
47	Malema	40815	86169	-	-	-
48	Mandimba	34179	63304	-	-	-
49	Manhiça	75669	139400	-	-	-
50	Manica	30189	53167	-	-	13479
51	Manjacaze	126833	180632	-	-	-
52	Maputo	75911	-	178565	739077	1209015
53	Marávia	20603	533214	-	-	-
54	Marracuene	15545	45147	-	-	-
55	Marromeu	41794	75914	-	-	-
56	Marrupa	22166	30811	-	-	-
57	Massinga	109066	220329	-	-	-
58	Massingir	16605	29810	-	-	-
59	Matutuíne	19801	57509	-	-	-
60	Maúa	29314	58641	-	-	-
61	Mavago	7367	21701	-	-	-
62	Maxixe	29760	56439	-	-	23128
63	Mecanhelas	36810	70688	-	-	-
64	Meconta	56740	81399	-	-	-
65	Mecubúri	53384	81208	-	-	-
66	Mecúfi	22858	34592	-	-	-
67	Mecula	4989	7090	-	-	-
68	Meluco	13577	20181	-	-	-
69	Memba	104317	148818	-	-	-
70	Milange	118969	291445	-	-	-
71	Moamba	46820	90856	-	-	-
72	Moatize	46762	98101	-	-	-
73	Mocímboa/Praia	46880	48059	-	-	-
74	Mocuba	76101	146511	-	-	82438
75	Mogovolas	148595	192153	-	-	-
76	Moma	121933	167222	-	-	-
77	Monapo	115461	182202	-	-	-
78	Mongicual	77536	89043	-	-	-
79	Montepuez	74200	140502	-	-	54751
80	Mopeia	46159	64351	-	-	-
81	Morrumbala	102864	197554	-	-	-
82	Morrumbene	68443	106621	-	-	-
83	Mossuril	73023	67407	-	-	-
84	Mossurize	97876	124421	-	-	-
85	Muecate	37988	52327	-	-	-
86	Mueda	79024	132503	-	-	-
87	Murrupula	60460	84898	-	-	-
88	Mutarara	110438	131215	-	-	-
89	Nacala	43902	7095	-	75038	125208
90	Nacala-a-Velha	43621	67478	-	-	-

(continuação)

Tabela 4  
POPULAÇÃO RURAL E URBANA POR DISTRITOS  
MOÇAMBIQUE: 1960, 1980 E 1991

Nr. de Refer.	DISTRITOS	POPULAÇÃO RURAL		POPULAÇÃO URBANA		
		1960	1980	1960	1980	1991
91	Namaacha	11075	24673	-	-	-
92	Namacurra	96069	163128	-	-	-
93	Namarrói	55788	94939	-	-	-
94	Nampula	-	83110	103985	145722	232670
95	Namuno	82498	154565	-	-	-
96	Palma	41605	63115	-	-	-
97	Panda	35496	56131	-	-	-
98	Pebane	70095	117022	-	-	-
99	Pemba	25784	25849	7520	41166	66352
100	Quelimane	86020	181721	66301	60151	145398
101	Quissanga	17950	26683	-	-	-
102	Ribáue	76056	128808	-	-	-
103	Sanga	14653	23167	-	-	-
104	Sussundenga	27751	48873	-	-	-
105	Tambara	17166	26185	-	-	-
106	Vilanculos	67359	152892	-	-	-
107	Xai-Xai	51134	120488	49245	43794	87935
108	Zavala	65749	96296	-	-	-
109	Zumbo	19159	31566	-	-	-